

## Capítulo 5 – O debate ideológico sobre a Reforma Agrária: análise da linguagem da época

- *Afinal verifico que chego aqui aos privilegiados da classe política e repetem exactamente os mesmos slogans, os mesmos chavões (...) Os Srs. Deputados sabem perfeitamente, se é que vão ao Alentejo, se é que se informam e se é que não vão só a Avis àquelas comezainas, quando vão fazer aquelas enormes festas...*
- *É fascista e não sabe o que diz*<sup>1</sup>.

- *Quanto à questão das ocupações selvagens, digo e repito que elas se têm feito no meu distrito.*
- *Mentiroso!*
- *Eu não retiro nem uma única palavra daquilo que disse e pedia ao Sr. Deputado que de uma vez para sempre acabasse com a demagogia que já estamos fartos de ouvir.*
- *A demagogia da rua boca porca!*
- *Porque a PIDE não deixou.*
- *Fascista! Nazi!*<sup>2</sup>

Era assim, com estas *amabilidades*, que os deputados se tratavam na Assembleia Constituinte e depois nos plenários da Assembleia da República, além de acusações directas de corrupção e ilegalidade que os deputados faziam aos ministros e secretários de estado<sup>3</sup>... Não admira, então, que na imprensa e na bibliografia do período a linguagem fosse tanto ou mais agressiva e reveladora das divisões e ódios entre partidos, muito especialmente quando o tema era a Reforma Agrária. Retoma-se aqui o eterno tema da verdade e da mentira: cada uma destas fontes nos apresenta a sua verdade, que defende com todas as suas forças, não hesitando em chamar mentiroso ao seu opositor, e encontrando-se invariavelmente cego para a verdade do outro, simplesmente porque não a quer ver. Uma palavra se destaca em todas as fontes: ROUBO! Esta é a palavra-chave em todo o processo da Reforma Agrária, a palavra usada por todos contra todos. São os *agrários* que *roubaram* as terras e o “suor e o sangue dos trabalhadores”; os *comunistas* que *roubaram* as terras aos seus legítimos donos, atentando contra a propriedade privada (repete-se também o termo *pilhagem*); depois os *corruptos* dos governos AD e “de direita” em geral que, sob as ordens dos *agrários*, *roubaram* as terras que os trabalhadores tinham conquistado de novo com o seu “sangue, suor e lágrimas”... De facto, entre 1974 e meados dos anos 80, quase 90, a linguagem usada nos meios políticos, na

<sup>1</sup> Intervenção do Deputado Rui Biscaia, do CDS, e resposta do Deputado Joaquim Miranda da Silva, do PCP, *Diário da Assembleia da República*, nº 71, 27/5/1981, p. 2758.

<sup>2</sup> Deputado Júlio Miranda Calha, do PS, interrompido por “vozes”, *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 74, 31/10/1975, p. 2392.

<sup>3</sup> Caso, por exemplo, do Deputado António Campos, do PS, *Diário da Assembleia da República*, nº 15, 12/2/1980, p. 566.

imprensa e na bibliografia era bastante explícita. Bastava ler um título para situar politicamente o seu autor, sem qualquer margem de dúvida. São esses títulos, essas expressões e esses conteúdos que são aqui resumos e analisados com o objectivo de mostrar as fracturas profundas que assolaram a sociedade portuguesa no período da Reforma Agrária.

## 5.1 – Programas dos partidos políticos

As intervenções dos deputados eram feitas em coerência com os programas dos respectivos partidos, apresentados nos primeiros meses após a revolução e nos quais, sem excepção, se defendia a necessidade de uma Reforma Agrária. Os modelos desta é que naturalmente variavam<sup>4</sup>. Seguindo a ordem dos resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de Abril de 1975, começamos pelo Partido Socialista, que no seu programa defendia uma “Profunda Reforma Agrária” e o eterno *slogan* “A terra a quem a trabalha”. As principais medidas incluíam:

- A nacionalização dos grandes latifúndios e a organização em bases cooperativas das pequenas explorações;
- Institucionalizar a intervenção do Estado;
- Proceder à reorganização da Junta de Colonização Interna e à sua transformação no Instituto da Reforma Agrária;
- Promover a elaboração de um Código Agrário obedecendo aos seguintes princípios: aumento da produtividade, segundo critérios de uso mais intensivo e impedindo a manutenção de áreas incultas; participação dos trabalhadores; repartição equitativa do rendimento das terras e das águas.

Entre as propostas salienta-se a expropriação das terras não cultivadas (o que introduz o conceito de subaproveitamento que depois se aplicou no Decreto-Lei nº 660/74), a promulgação do um Estatuto de Arrendamento Rural, que garanta uma defesa eficaz do pequeno rendeiro, a remissão imediata dos foros existentes e a proibição do aforamento (concretizado Decreto-Lei nº 195-A/76, do tempo de Lopes Cardoso) e a nacionalização imediata das terras abrangidas pelos perímetros irrigados construídos pelo Estado<sup>5</sup>. Nota-se como linha de força a defesa do pequeno agricultor, no fundo o grupo que no meio rural constituía a base do seu eleitorado, assim como a sua organização em cooperativas (diferentes dos moldes das UCP).

---

<sup>4</sup> Ver análise em António Barreto – *Anatomia de uma Revolução...*, p. 162-171.

<sup>5</sup> *Vida Rural*, nº 1105, 20/7/1974.

Em segundo lugar o Partido Popular Democrático, o qual, também na mira do seu eleitorado de apoio, defendia um programa de reestruturação agrária cujas principais linhas de força enfatizavam:

- O direito à propriedade privada;
- O predomínio dos interesses públicos sobre os interesses privados;
- Primazia do direito à exploração sobre o direito de propriedade;
- Promulgação de um estatuto de arrendamento que assegure estabilidade, renda justa, indemnização pelas benfeitorias;
- Arrendamento compulsivo ou expropriações, visando situações de subemprego do trabalho e da terra;
- Criação de um Instituto da Reforma Agrária.

Para o PPD “são prioritárias acções que visem a eliminação do absentismo e o desenvolvimento da empresa agrícola, apoiada pelo crédito, e uma intervenção activa na comercialização e industrialização dos produtos”. Os modelos preferenciais das empresas agrícolas eram os seguintes:

- empresa agrícola familiar, económica e socialmente viável, inserida num quadro de agricultura intensiva;
- unidades de produção integradas verticalmente, com objectivos vários, tais como a industrialização ou a comercialização;
- cooperativas agrupadas em Uniões;
- empresas públicas ou de economia mista;
- empresas privadas que pratiquem um sistema de contrato, sob rigoroso controlo governamental<sup>6</sup>.

Também aqui, na “primazia do direito à exploração”, se nota o interesse na defesa dos pequenos agricultores e rendeiros, em detrimento dos direitos dos proprietários em situação de “subemprego do trabalho e da terra”. Mas a defesa da propriedade privada é sublinhada. Mais tarde o Deputado António Ruano desenvolveu na Assembleia Constituinte os objectivos do seu partido para a Reforma Agrária, valorizando o “trabalho executivo” do gestor agrícola:

“promover a melhoria da situação económica e social dos que investem na terra o seu trabalho directo e executivo ou somente o trabalho executivo. Além disso, tem por segundo objectivo aumentar a produção e a produtividade da agricultura (...) atingir a igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os trabalhadores dos demais sectores da actividade económica (...) fomento de uma agricultura científica (...) transformando, nas regiões de latifúndio, as cooperativas de produção em modernas unidades de produção agrícola bem mecanizadas, equipadas e geridas”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> *Vida Rural*, nº 1112, 7/9/1974, p. 5. Ver também José Adelino Maltez – *op. cit.*, p. 33.

<sup>7</sup> *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 77, 6/11/1975, p. 2549.

Naturalmente o programa do Partido Comunista Português apresentava uma orientação oposta, o que aliás já tinha sido exposto por Álvaro Cunhal em 1964, quando defendeu (como já vimos na primeira parte), a expropriação das terras dos “grandes agrários” e a sua distribuição “aos assalariados e aos camponeses pobres (...) se associados em cooperativas, ou como herdades do Estado”<sup>8</sup>. Na sua linguagem radical, o programa do PCP, aprovado em Outubro de 1974 no seu VII Congresso (depois de ter sido também aprovado no VI Congresso em 1965), incluiu logo nos terceiro e quarto pontos, a realização da Reforma Agrária, “entregando a terra a quem a trabalha”, e a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral<sup>9</sup>.

A sua proposta de “Revolução Agrária” pode resumir-se ao seguinte:

- Alteração radical da política agrária;
- Eliminar o domínio da agricultura pelos grandes agrários;
- Entregar grande parte da terra cultivável, “hoje nas mãos de um pequeno grupo parasitário”, a quem a trabalha;
- As terras expropriadas serão exploradas pelo Estado ou entregues a cooperativas de agricultores e assalariados agrícolas, ou distribuídas para exploração familiar;
- Lei determinará limite máximo de solo arável ou florestal que poderá ser objecto de propriedade de um indivíduo;
- Eliminação do poder dos latifundiários e grandes capitalistas da agricultura, que constituem a base social da reacção e do fascismo<sup>10</sup>.

Fica bastante explícita a intenção de eliminar e punir uma classe, assim como o estabelecimento de um limite à superfície da propriedade fundiária, temas que acabaram por constituir as linhas mestras e as principais inovações da Lei Oliveira Baptista (Decreto-Lei nº 406-A/75).

Como seria de esperar, a proposta do Centro Democrático Social não incluía sequer a expressão “Reforma Agrária”. Não podendo evitar o tema por completo, o seu programa fez referência a uma:

“reforma gradual da estrutura agrária, por forma a obter unidades produtivas bem dimensionadas, mediante acções de parcelamento e emparcelamento das explorações ou, em casos especiais, das propriedades. Propõe também a difusão da fórmula de sociedade anónima nas regiões de grande propriedade, com vista à democratização do capital fundiário, sem prejuízo da unidade de exploração, imposta por razões técnicas, acentuando a necessidade de

---

<sup>8</sup> Ver capítulo 1 da 1ª parte, Álvaro Cunhal – *Rumo à Vitória...*

<sup>9</sup> “sem a realização de todos eles, a revolução democrática e nacional não estaria acabada e não estaria assegurado o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa, *Programa e Estatutos do PCP*, 3ª ed., Edições Avante, Lisboa, 1974, p. 23.

<sup>10</sup> José Adelino Maltez – *op. cit.*, p. 35. Salienta-se que o programa da UDP também usa a expressão “revolução agrária que dê aos camponeses a terra e os meios de a tornar fértil”, *ibidem*, p. 31.

uma política que, em vez de conduzir à proletarianização de todos os cidadãos, faça de cada trabalhador um proprietário”<sup>11</sup>.

Mais específico, e revelando desde cedo as preocupações ecológicas, ambientais e paisagísticas do seu presidente, Gonçalo Ribeiro Teles, o Partido Popular Monárquico lançou precocemente expressões que mais tarde ficaram consagradas na política agrícola europeia, sobretudo a partir do Relatório Brundtland em 1985 e da nova PAC em 1992<sup>12</sup>. As ideias-chave expostas no programa do PPM para “uma Reforma Agrária autêntica” apontam para:

- A valorização do Homem e da terra;
- A dignificação do mundo rural e enriquecimento do País;
- Aproveitamento, segundo a sua aptidão, das terras de cultura abandonadas ou mal exploradas;
- Proibição das culturas degradantes do solo;
- Para o Sul do País: “Uma verdadeira política anti-latifundiária, que o PPM intransigentemente defende, passa pelo ordenamento, compartimentação e racionalização dos recursos naturais e do solo (...) a valorização do homem rural alentejano exige que a autêntica reforma agrária consiga a valorização do trabalhador através de sua qualificação técnica, do acesso à propriedade através de unidades economicamente viáveis ou de cooperativas de produção e distribuição sempre que não for aplicável a via comunitarista de gestão auto-socializada que o PPM preconiza. Tudo isto só pode ser realizado se for acompanhado por uma política de industrialização que crie mercados e absorva os excedentes da mão-de-obra”<sup>13</sup>.

Portanto, há claramente uma proposta para o problema social alentejano que passa pela absorção do desemprego rural por parte dos outros sectores económicos, algo que já vinha sendo a prática desde há pelo menos uma década. Nitidamente horrorizado com a Reforma Agrária em curso, “O PPM alerta deste já o País para o perigo de, sob o título pomposo de ‘reforma agrária’, se cair numa nova campanha do trigo que não será mais que a repetição da nefasta campanha salazarista de 1934, arcaísmo que julgávamos já bem enterrado”... E conclui: “Desligada do contexto proposto pelo PPM, qualquer ‘reforma agrária’ será apenas uma arma demagógica duma política, utilizada para justificar falências na

---

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> Este relatório foi escrito depois da Assembleia Geral das Nações Unidas ter constituído a Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento em 1984 e foi publicado sob o título *O nosso futuro comum. Uma Terra Um Mundo. O Testemunho da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento* (Relatório Brundtland, 1985), Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território, Lisboa, 1989. Introduziu conceitos como “Desenvolvimento sustentável”; “Indústria: produzir mais com menos”; responsabilização das multinacionais; desafio urbano; “Gestão dos Recursos Comuns”...

<sup>13</sup> “A necessidade duma reforma agrária autêntica”, PPM – *Comunicados. A Política. O Ensino. A Agricultura*, Edições PPM, Caderno 4, Porto, 1975, pp. 57-59.

solução de muitos problemas da vida nacional”<sup>14</sup>. Em 1976 Gonçalo Ribeiro Teles apresentou a sua definição mais completa de Reforma Agrária, cujas bases são as seguintes:

- Construção de paisagens economicamente viáveis;
- Emparcelamento e/ou formas de agricultura de grupo;
- Parcelamento do latifúndio capitalista de cultura extensiva, em explorações economicamente viáveis<sup>15</sup>.

Para o autor, “recriar o ‘agros’” é “a expressão mais adequada e precisa para situarmos a ideia de Reforma Agrária”. Porém “é ao agricultor que compete realizar este acto criativo que é a reforma agrária e deverá fazê-lo em seu benefício, da sua própria comunidade e da Humanidade”. E era aqui que radicava, segundo ele, o grande erro da Reforma Agrária em curso, pois

“limitada, apenas, a conseguir um novo arranjo fundiário da propriedade rústica e a abater uma determinada classe ou posição social, nunca desempenhará um papel substancial na melhoria da situação económica e social do rural (...) A transformação a efectuar através da R.A. deverá, portanto, alicerçar-se num zonamento, com base na ecologia e na paisagem humanizada, tendo em vista o ordenamento dos elementos essenciais ao equilíbrio biológico, à estabilidade física e à distribuição e escolha adequada das culturas e dos gados”, tudo isto para um “racional aproveitamento da biosfera”<sup>16</sup>.

Em 1981 o PPM publicou o seu programa para a década de 80, no qual a agricultura é considerada o “principal instrumento de humanização e povoamento do território”. Como direito fundamental, e contrariando a Reforma Agrária realizada, este partido fez questão de defender o “acesso ao uso e posse da terra através de herança, compra, cedência, arrendamento e concessão pelo Estado de unidades de exploração agrícola, indivisíveis e transmissíveis”<sup>17</sup>.

Em resumo saliento a interessante obra de Jorge Gaspar e Nuno Vitorino – *As Eleições de 25 de Abril. Geografia e Imagem dos Partidos*, na qual os é analisado o vocabulário dos partidos políticos na campanha eleitoral de 1975. As palavras-chave, por

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, pp. 60, 64. Este artigo foi escrito como resposta e comentário ao projecto de lei do arrendamento rural, que deu origem ao Decreto-Lei nº 201/75. As preocupações do PPM tinham a ver com “a sobreprodução e a destruição do fundo de fertilidade através de culturas florestais agrícolas e industriais de perigosa intervenção sem propostas tecnologicamente adequadas. Como exemplos, citamos o dos eucaliptais extremos, da cultura intensiva de cereais, da pastorícia mal ordenada, e das culturas como as do tomate sem a necessária contrapartida de rotações equilibradas (...) Há que rever o projecto do Decreto-lei em função das particularidades regionais para que, pela generalização das medidas tomadas não se criem novos problemas e tensões sociais, nem se enverede por caminhos que, a médio ou a longo prazo, conduzam à destruição do solo e correspondente empobrecimento da vegetação”, *ibidem*, pp. 54-55.

<sup>15</sup> Gonçalo Ribeiro Teles – *op. cit.*, pp. 14-15.

<sup>16</sup> *Ibidem*, pp. 11-12.

<sup>17</sup> *Programa PPM 80/90. O campo e o mar – as prioridades para um futuro seguro*, Fascículo 3, Edições «Amanhã!», Lisboa, 1981, pp. 7-12.

ordem decrescente, são as seguintes: *democracia, partido, povo, trabalhador, política, liberdade, socialismo, luta, revolução, economia, capitalismo, popular, classe, operário, burguesia*. Mas os diferentes partidos utilizam-nas com uma frequência que se adapta às respectivas ideologias:

CDS: partido, política, democracia, social, economia e só em 5º lugar vem o *povo*.

MES: luta, trabalhador, capitalismo, nacionalização, burguesia.

PCP: democracia, economia, povo, liberdade, trabalhador, socialismo, revolução.

PPD: democracia, liberdade, política, partido, povo.

PPM: povo, democracia, partido, social, liberdade.

PS: socialismo, liberdade, partido, povo, democracia, trabalhador.

UDP: operário, classe, luta, burguesia, partido<sup>18</sup>.

## 5.2 – O debate no Parlamento

A leitura dos debates na Assembleia encontra-se agora disponível na *internet*<sup>19</sup>, o que facilita o seu rápido acesso. Este serviço permite a pesquisa por temas, datas, ou simplesmente por palavras. Foi assim possível apurar as intervenções de deputados que referiam o concelho de Avis e os temas que lhe estão relacionados. Na Assembleia Constituinte “Avis” é referido em 10 intervenções relacionadas com o processo de Reforma Agrária em curso. As intervenções dos deputados das 9 legislaturas da Assembleia da República, entre 1977 e 2000, registam 51 referências directas a “Avis”, as primeiras das quais relacionadas com o processo da Reforma Agrária, sobretudo na altura das discussões da Lei Barreto e das posteriores que a reviram e revogaram, como foram os casos em 1978 e 1988. Ao longo de todos estes anos o concelho de Avis, as suas cooperativas e a entrega de reservas na sua área foram repetidamente apresentados como exemplos das vantagens e desvantagens dos processos da Reforma Agrária e da “contra-Reforma Agrária” por deputados de todos os partidos políticos, especialmente os eleitos pelo distrito de Portalegre, ou pelos Ministros e Secretários de Estado da Agricultura. No que diz respeito aos deputados do PCP, o facto de citarem dados concretos sobre as cooperativas de Avis, ou sobre os proprietários ocupados neste concelho, incluindo nomes, áreas e pontuações, esteve certamente relacionado com o facto do líder local, José Luís Correia da Silva, pertencer ao comité central deste partido e ter junto a ele certamente maior representatividade que os presidentes das restantes UCP.

<sup>18</sup> Jorge Gaspar e Nuno Vitorino – *op. cit.*, pp. 198-203.

<sup>19</sup> <http://debates.parlamento.pt>.

Os debates sobre este tema foram invariavelmente acessos e animados com insultos e acusações muito graves: os deputados chamavam “mentirosos” e “fascistas” uns aos outros, “corruptos” aos membros do governo, “ladrões” em geral, enfim, algo que actualmente originaria sem demora processos por difamação. Naqueles tempos conturbados esta linguagem parecia ser a mais corrente e reflectia o que se passava nas ruas e mesmo nas casas das pessoas. Por mais impressionante que seja não deixa de ser uma leitura interessante e até divertida para um observador distante no tempo. A partir dos anos 90 as referências ao concelho de Avis passaram a estar relacionadas com outras questões, como por exemplo o esvaziamento da Barragem do Maranhão devido às obras na central eléctrica, questões de saúde pública e cuidados médicos e pouco mais.

Se os programas dos partidos políticos apresentavam uma estrutura e um projecto minimamente elaborados para a realização da Reforma Agrária, na Assembleia Constituinte o tema foi exposto com a exaltação atrás descrita. A legislação que deu origem às primeiras ocupações foi emitida ainda antes da sua inauguração. E o Decreto-Lei nº 406-A/75 não foi sequer votado em plenário. Mas o desenrolar do processo a partir de Agosto/Setembro de 1975 foi repetidamente evocado. Já vimos como o deputado Júlio Miranda Calha, do PS, fez autênticos comícios contra as ocupações, alegando que os trabalhadores alentejanos foram manipulados. Deu exemplos de ocupações indevidas e de propriedades mal aproveitadas que ninguém ocupava e nomeou António Bica, Pezarat Correia e Pedro Hespanha como responsáveis directos, “ligados a instigação de ocupações”, os quais, apesar de estarem de boa fé, estavam mal informados. Em coerência com a posição oficial do Partido Socialista, este deputado defende os seareiros, “que não têm mais nenhum meio de subsistência, encontrando-se à beira da miséria”<sup>20</sup>. Aproveitando a ingenuidade dos seus deputados menos letrados e com maiores ligações ao trabalho rural, o PS atacou a actuação do PCP no Alentejo pela voz do deputado Joaquim Penderlico, que fez questão de acentuar:

“não sou doutor, não sou engenheiro, não sou senão um trabalhador rural (...) muitas pessoas têm sido forçadas (eu, como trabalhador rural, tenho algo a dizer acerca disto), há muitos trabalhadores rurais que têm sido forçados a ocupar terrenos, terrenos esses que – alguns, não todos – depois de tudo estão bem explorados e que nem têm além dos tais 50.000 pontos (...)

---

<sup>20</sup> Ver capítulo anterior e, por exemplo, as suas intervenções no *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 47, 16/9/1975, p. 1340, nº 57, 2/10/1975, p. 1712 e nº 70, 24/10/1975, p. 2211.

onde é que eu vou trabalhar se a propriedade onde eu trabalhava está ocupada e que era de um pequeno rendeiro ou médio rendeiro?”<sup>21</sup>.

As respostas dos deputados do PCP eram invariavelmente no sentido de acusar os “sabotadores” com as eternas descrições dos campos semeados apenas para caça, e dos “agrários” que semeavam usando os créditos que a banca lhes concedia, os gados a serem vendidos ao desbarato, e os “heróico trabalhadores agrícolas” cujo “suor e sangue” serviam para que os agrários acumulassem riquezas, comprassem herdades e bons carros, etc., enquanto as novas cooperativas eram valorizadas pelo trabalho desenvolvido e pelo aumento da área cultivada e da produção, cujo exemplo máximo se encontrava na *1º de Maio*, de Avis, onde em Outubro de 1975 “a área cultivada já é o dobro”<sup>22</sup>. Fazia também parte do discurso desta época a remissão aos autores antigos, desde o eterno Padre Severim de Faria até aos trabalhos de Mário de Castro, Henrique de Barros e Eugénio Castro Caldas, passando pelas lutas dos trabalhadores rurais alentejanos na 1ª República. Sem dúvida o mais agressivo dos deputados comunistas, Joaquim Velez chamou várias vezes mentiroso a Miranda Calha: “O Sr. Deputado não fala verdade e confunde a opinião pública quando deturpa os factos para atacar os trabalhadores, para minimizar a sua luta...”. E salientou repetidamente os actos de solidariedade social praticados pelas cooperativas do concelho de Avis:

“Os trabalhadores do Ervedal projectam a construção de uma grande vacaria colectiva (...) os trabalhadores de Benavila deslocam dezasseis tractores para ajudar os trabalhadores de Monforte (...) Outro tanto se passa em Avis, onde, ao domingo, vão também ajudar os trabalhadores de Ponte de Sor. Também a cooperativa 1º de Maio vai construir uma vacaria colectiva para centenas de vacas leiteiras (...) criaram creches para os seus filhos e casa de repouso para os seus pais (...) Este ano iremos ver no Alentejo milhares e milhares de hectares de campos semeados que há tantos anos eram mato e pousio”.

Claro que este discurso era sempre completado com o argumento da necessidade do abastecimento alimentar do país e os fantasmas da fome e do desemprego<sup>23</sup>. E precisamente devido ao argumento dos “agrários” que recorriam ao crédito e exploravam os trabalhadores foi também debatida a pertinência da atribuição de indemnizações aos proprietários expropriados. Considerando que houve na legislação a referida intenção punitiva de uma classe, e apesar do Decreto-Lei nº 406-A/75 prever o direito a indemnização, a não publicação

---

<sup>21</sup> *Ibidem*, nº 77, 6/11/1975, p. 2550. Este deputado relatou ainda a sua experiência pessoal na formação do sindicato dos trabalhadores agrícolas de Évora, do qual foi posteriormente expulso por não ser comunista.

<sup>22</sup> Palavras de Dinis Miranda e de Vital Moreira, *ibidem*, nº 69, 23/10/1975, p. 2180 e nº 73, 30/10/1975, p. 2341.

<sup>23</sup> *Ibidem*, nº 74, 31/10/1975, p. 2391. Outro exemplo deste discurso encontra-se na intervenção do deputado Manuel Moita, do PCP, que na discussão da Lei Barreto descreveu a constituição e o funcionamento da UCP *Esquerda Vencerá*, em Pias,

de legislação específica no prazo previsto de seis meses confirma o “carácter de sanção” ou “confiscatório” que assumiram as expropriações no seu início<sup>24</sup>. E foi precisamente essa característica que foi defendida pelos deputados da bancada comunista e pela imprensa de esquerda do período. Por exemplo, Blasco Hugo Fernandes escreveu no *Diário de Notícias* de 12/11/1975 um artigo contra a possibilidade de se pagarem indemnizações aos agrários<sup>25</sup>. E Vale Estrela também defendeu esta posição, argumentando com o clássico discurso da ilegitimidade da propriedade fundiária: os ricos não mereciam o que possuíam porque certamente o conseguiram à custa dos pobres.

“As benfeitorias foram, na sua maioria, feitas pelos trabalhadores que auferiam salários baixos. Se os latifundiários receberem o valor total da terra, o Estado estará a pagar indemnizações de capital formado pela exploração da mão-de-obra, apoiada por crédito barato e subsídios governamentais”<sup>26</sup>.

O autor completa a sua tese defendendo que se se pretendia com a Reforma Agrária alterar a estrutura do poder e criar uma sociedade mais igualitária, a indemnização em dinheiro aos ex-latifundiários pelos recursos económicos que eles antes possuíam sob a forma de terra era uma medida que deve ser evitada.

“Com ela não só seriam distorcidos os objectivos igualizadores da reforma agrária, como seria prejudicada a economia nacional”<sup>27</sup>.

Estes argumentos foram reforçados com a aprovação do nº 2 do artigo 82º da Constituição Portuguesa (de 1976) que determinou que as expropriações de latifundiários e a grandes proprietários e empresários ou accionistas podiam não dar lugar a qualquer indemnização.

Para completar esta brevíssima invocação das referências à Reforma Agrária nos debates parlamentares não posso deixar de citar alguns momentos de pura “poesia” que nos

---

além dos actos de solidariedade social que esta instituição praticava, *Diário da Assembleia da República*, 20/7/1977, pp. 4665-4666.

<sup>24</sup> Ricardo Sá Fernandes – *op. cit.*, p. 879.

<sup>25</sup> Ver também Teresa Almada – *op. cit.*, p. 265.

<sup>26</sup> Vale Estrela – *op. cit.*, p. 254.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 253. Oliveira Baptista reforçou este argumento ao descrever a situação da grande propriedade nos anos 60: “Os agrários cujas empresas se situavam em terras de melhor fertilidade, ou melhor situadas, e que foram beneficiando mais generosamente da política de crédito fascista, puderam mecanizar, introduzir benfeitorias, numa palavra, capitalizaram, convertendo as suas explorações em rentáveis empresas capitalistas eficientemente organizadas”. Acrescentou ainda a questão da apropriação dos baldios ou da compra de terras aos pequenos proprietários que não as podiam sustentar: “foram esses mesmos senhores que durante dezenas de anos oprimiram o Povo Português e nunca hesitaram em se apoderar de terras comunitárias ou em ficarem com a terra dos pequenos e médios agricultores por preços irrisórios”, *Portugal 1975...*, pp. 48-51, 204.

legou o deputado Rui Biscaia do CDS, ao defender a responsabilidade total do PCP por todos os males que afectaram o Alentejo no período em questão:

“Sobre a ausência de democracia no Alentejo, esse é um facto testemunhado em todas as zonas em que o Partido Comunista instigou e acompanhou os trabalhadores a fazerem ocupações (...) as ocupações foram feitas com o comando e participação directa do Partido Comunista (...) Diz o povo, e com razão, que a uma senhora não se bate nem com uma flor, mas é evidente que nós os Alentejanos teremos que atirar à Sr<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra com a pétalas putrefactas queimadas pela geada vermelha que caiu no Alentejo e que queimou todos os cravos que fizeram ter uma esperança no 25 de Abril”<sup>28</sup>.

### 5.3 – A imprensa

A imprensa local limitava-se ao já citado jornal mensal *O Avisense (mensageiro regional)*, dirigido e redigido pelo pároco Valdemar Carrilho e editado pelo farmacêutico e antigo presidente da câmara, o Dr. Chitas. Foi publicado entre Janeiro de 1964 até Dezembro de 1974 e as suas preocupações incidiam sobre as efemérides locais: concursos de tiro, feiras e romarias, a inauguração da creche, notícias da vida eclesiástica da região, aniversários dos notáveis locais e de todos os assinantes e amigos do jornal... Fornecia ainda os horários das camionetas de carreira e continha anúncios dos comerciantes locais. Apresentava também uma função educativa: ao longo de vários números contou aos leitores a história do Mestre de Avis. Com a Revolução estas características mantiveram-se, acentuando-se a componente pedagógica por parte do seu redactor. Os primeiros artigos escritos no número de Maio de 1974 clamam pela moderação e pelo equilíbrio. Logo na primeira página, sob a fotografia do General António Spínola, o 25 de Abril é relatado com o título de “Liberdade Responsável” e acentuando as palavras “maturidade” e “honroso comportamento cívico”. “Contudo”, depois de grande elogios, o padre diz que “achamos que há mister uma procura exaustiva dum MEIO TERMO prudente e equilibrado. (...) Há um perigo no horizonte: a embriaguês duma liberdade mal compreendida”. E avisa que o jornal vai fechar por falta de fundos. Até ao último número, em Dezembro, o jornal preocupou-se em explicar aos leitores os conceitos básicos de Fascismo, Democracia e os significados das siglas dos partidos, ao mesmo tempo que fazia propaganda do CDS. Naturalmente não podia ter uma vida longa em Avis.

No dia 1 de Novembro de 1975 saiu o primeiro número do novo jornal local: *O Amigo. Mensageiro Regional Avisense*, editado por Rui Santos e politicamente conotado com

o Partido Comunista. O modelo não era muito diferente do anterior, com a publicação das listas de aniversários, dos acontecimentos locais, dos óbitos, da publicidade ao comércio local. Naturalmente o grande interesse residia nas obras sociais, como por exemplo a inauguração da creche, e na exaltação à Reforma Agrária. Anunciava a revista *Vida Soviética* e destacava as visitas de personalidades ao concelho: por exemplo em Março de 1979 Luís Corvalán, secretário-geral do PC chileno, esteve em Avis a visitar a *1.º de Maio* e em Abril de 1980 foi a vez de Vasco Gonçalves e do Almirante Rosa Coutinho. Mas este período de 1979 e 1980 foi marcado pelas desocupações de terras e os títulos de primeira página denunciavam “a ofensiva criminosa contra a Reforma Agrária” (Abril de 1979). Os seus artigos apresentavam nomes de “agrários e outros fascistas” que participavam com a GNR na entrega de terras e nos “roubos de máquinas, gados e outros valores”. Descreviam então o estado de “abandono” das terras depois de entregues aos “agrários” e as “atrocidades” cometidas pelos “latifundiários”. Em Abril de 1981 saiu o último número, talvez por falta de leitores. Só em 2000 foi lançado um novo jornal local intitulado *Águia. Folha informativa dos amigos do concelho de Avis – Associação Cultural*, publicado por uma associação apartidária com características culturais denominada *Amigos de Avis*, com interesse em promover o concelho.

Os jornais publicados em Avis seguiram um percurso semelhante ao da revista *Vida Rural*, assinada e lida fielmente por grande parte dos agricultores portugueses<sup>29</sup>. Fundada em 23 de Maio de 1953, a *Vida Rural. Semanário da Lavoura*, propriedade da Empresa Nacional de Publicidade, sucedeu ao *Notícias Agrícolas* e foi publicada até ao dia 8 de Fevereiro de 1975 com artigos de interesse geral para a agricultura; publicidade a máquinas e alfaías, e ensinamentos úteis sobre a sua melhor utilização, assim como sobre rações para o gado e adubos químicos; descrição e comentários à legislação emitida<sup>30</sup> e aos subsídios disponíveis; artigos de agrónomos e veterinários descrevendo os mais variados assuntos técnicos com carácter pedagógico e informativo bastante prático para quem se dedicasse à actividade. Fornecia ainda um quadro semanal sobre a situação das reservas hidráulicas nas albufeiras portuguesas, entre as quais a maior é a de Montargil (no concelho de Ponte de Sor), seguida do Maranhão (no concelho de Avis). No seu número de 11 de Maio de 1974 publicou um editorial a agradecer ao MFA e à Junta de Salvação Nacional “por ter conseguido desencadear

---

<sup>28</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 71, 27/5/1981, p. 2757.

<sup>29</sup> Foi-me disponibilizada uma colecção completa desta revista no arquivo privado de um pequeno proprietário local.

<sup>30</sup> Por exemplo no número de 11/8/1973 há um importante artigo com toda a legislação sobre contratos colectivos de trabalho e outro no qual se explicam os decretos referentes a expropriações por utilidade pública.

uma tão profunda transformação do País sem derramar uma gota de sangue...”. Na semana seguinte noticia a manifestação de centenas de lavradores em Belém, em frente do palácio, do Movimento Associativo dos Agricultores Portugueses, recentemente formado, e no dia 25 o seu editorial louva a revolução, mas insiste que o mais importante agora é trabalhar

“com redobrada vontade (...) é preciso que os agricultores continuem a exercer a sua actividade com o maior zelo, procurando não esquecer nunca as obrigações sociais que a sua profissão envolve”.

Continuando com os conteúdos pedagógicos, a *Vida Rural* reproduz os programas dos partidos políticos (apenas do PS e do PPD) e publica artigos sobre os modelos agrícolas aplicados noutros países, especialmente os EUA e a Grã-bretanha, utilizando exemplos práticos para demonstrar que afinal os jornais de esquerda que descrevem a URSS como um exemplo de sucesso agrícola não são senhores da razão. Sobre a Grã-Bretanha afirma:

“O aumento de produção registado nas últimas décadas deve-se ao esforço de agricultores isolados, de organizações de agricultores, de investigadores e conselheiros e à acção do Governo”<sup>31</sup>.

Mas os ventos de mudança também atingiram esta revista, que em Fevereiro de 1975 já publicava artigos técnicos sobre a agricultura na URSS (“O Estatuto dos Kolkhoses”, pelo Eng. Agrónomo António Lobo Alves) e em Maio de 1975 iniciava uma nova série, dirigida por Miguel Serrano, cuja capa do primeiro número era o cartaz da Aliança Povo-MFA. No seu interior encontramos um discurso de Vasco Gonçalves a incitar ao aumento da produção e um artigo de Blasco Hugo Fernandes a exortar à aplicação das medidas de Reforma Agrária, com o objectivo de “eliminar um dos principais travões do desenvolvimento da nossa agricultura: a existência de latifúndios...”<sup>32</sup>. E, como seria de esperar, um artigo sobre Avis, a festejar os primeiros 2.000 ha de terreno ocupados e festejados no 1º de Maio de 1975. Logo no número seguinte, publicado em Junho de 1975, a revista mudava o seu nome para *Vida Rural. Revista da Reforma Agrária*. Os seus conteúdos ficaram em sintonia com os outros jornais e revistas de esquerda, cujos temas de eleição, no que respeita à agricultura, incidiam sobre a demonstração prática das vantagens do sistema soviético<sup>33</sup>, sobre o crédito agrícola de

---

<sup>31</sup> *Vida Rural*, nº 1106, 27/7/1974, p. 11.

<sup>32</sup> *Ibidem*, nº 1, 10/5/1975, p. 24. Este Engenheiro Agrónomo passou a contribuir regularmente com artigos técnicos e políticos para esta e outras revistas e liderou o MUTI, Movimento Unitário de Trabalhadores Intelectuais, cujo objectivo era o esclarecimento das massas camponesas acerca da acção contra-revolucionária dos grandes agrários, ver artigo “A luta pela Reforma Agrária também é dos trabalhadores intelectuais”, *Diário de Notícias*, 20/10/1975, p. 7.

<sup>33</sup> Por exemplo a proposta de novos modelos de explorações agrícolas, inspirados na RDA, Checoslováquia e Hungria, *Vida Rural. Revista da Reforma Agrária*, nº 22, de 4/10/1975.

emergência e as injustiças na sua atribuição<sup>34</sup>, e sobre a legislação emitida por Oliveira Baptista, cujo objectivo bastante claro era o de

“desferir um importante golpe na base material em que assenta o poder dos monopólios e do grande capital: a propriedade dos principais meios de produção e de financiamento – causa da exploração dos trabalhadores e de todo o povo”<sup>35</sup>.

A imprensa partidária do período revolucionário apresentava uma multiplicidade de títulos entre os quais se salientam à esquerda o semanário *Avante*, órgão oficial do PCP (com o eterno *slogan* “Proletários de todos os países: UNI-VOS!”<sup>36</sup>) e os diários matutinos *Diário de Notícias* e *O Diário*, e vespertinos *Diário Popular* e *Diário de Lisboa*. À direita lutavam acerrimamente contra a Reforma Agrária os semanários *Tempo*, *A Rua* e *O Diabo*, enquanto que o *Expresso* quase não se pronunciou sobre o tema. Quanto aos jornais diários, *O Dia* e *A Luta* publicaram os artigos mais violentos, sobretudo de Jorge de Morais, Vacas de Carvalho e João Garin. Ao centro, os jornais diários associados ao Partido Socialista apresentavam uma linguagem mais moderada, assim como uma clara intenção pedagógica, como se depreende da leitura do diário *A Capital*, onde podemos encontrar uma leitura comentada da legislação sobre Reforma Agrária, entrevistas aos mais variados actores políticos de todos os quadrantes e proposta de solução para os problemas agrários por parte de técnicos e políticos variados<sup>37</sup>. Também no *República* os artigos de Henrique de Barros e António Barreto apelam à “Urgência e necessidade da reforma agrária”<sup>38</sup>, mas sob os moldes previstos no programa do PS. Assim como no *Jornal Novo*, publicado a partir do dia 17 de Abril de 1975 por Artur Portela Filho, a linguagem utilizada distingue-se da dos seus contemporâneos pela moderação, sem deixar no entanto de criticar o que considerava excessivo no processo revolucionário. Por exemplo o artigo de Henrique de Barros do dia 21 de Abril de 1975, sob o

---

<sup>34</sup> Repetidamente ao longo dos meses de Setembro a Dezembro de 1975, afirmando que “os bancários não o querem dar”, etc.

<sup>35</sup> Artigo de Blasco Hugo Fernandes, *ibidem*, nº 29, 22/11/1975, p. 6.

<sup>36</sup> “As notícias do *Avante!* exigem, como acontece com todas as fontes, uma leitura atenta e sistemática, feita por grandes séries ou conjuntos. Só assim é possível descobrir os seus pontos fracos, as omissões involuntárias ou intencionais, os excessos ou as contradições em que caem, as histórias mal contadas (...) a tentação para empolar o carácter heróico da iniciativa operária (...) a tendência para chamar a si os louros de boa parte ou de quase todas as iniciativas...”. No entanto, a consulta do *Avante!* “é e será sempre uma fonte imprescindível e de consulta obrigatória para perceber três coisas: a estratégia que os comunistas seguem relativamente ao que se passa no mundo do trabalho; as posições que adoptam relativamente às outras correntes políticas que disputam aquele mesmo terreno; o uso que da luta social fazem nos combates políticos contra o regime”, Fátima Patriarca – *Protesto social no regime corporativo (1955-1974)*, Comunicação apresentada no Seminário de História do I.C.S., 2001.

<sup>37</sup> Ver, por exemplo n’*A Capital* do dia 21/1/1975 a entrevista a Sá Carneiro, no dia seguinte apresenta as propostas do CDS, no dia 20/4/1975 entrevista a Álvaro Cunhal e no dia 20/2/1976 faz onze perguntas sobre a Reforma Agrária a Henrique de Barros, Ribeiro Teles e José Manuel Casqueiro.

<sup>38</sup> Ver dias 1/6/1974 e 17/10/1974. No dia 4/6/1974 as páginas centrais são ocupadas com o tema da caça: “Caçadores exigem revisão da lei da caça! A caça é de todos!”

título “Finalmente, a Reforma Agrária”, diz claramente que “Aplaudo em princípio a corajosa decisão, mas não hesito em dizer não ter ela correspondido exactamente à solução que, na minha qualidade de político e de técnico, eu havia imaginado como sendo a melhor...”, além de discordar da preferência dada à empresa estatal para a formação das Novas Unidades de Produção.

Sem qualquer tipo de contemplações, logo em Maio de 1974 o *Avante* começa a chamar a “Atenção à sabotagem económica” e a incitar à grande jornada popular para comemorar os 20 anos da morte da Catarina Eufémia, no Baleizão, em Beja. No dia 14 de Junho faz a primeira referência directa à Reforma Agrária ao noticiar o comício realizado cinco dias antes em Montemor-o-Novo. Sob o título: “No campo luta-se! Assalariados Rurais em acção no Alentejo e no Ribatejo”, o artigo descreve as reivindicações dos trabalhadores pelo salário (2.000\$00 por semana), pelas 44 horas semanais, a recusa de fazer empreitadas e o pagamento dos dias feriados. No mesmo número elogia a participação dos trabalhadores do campo na eleição das comissões administrativas das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias, entre as quais Avis, Benavila e Ervedal, onde “A participação dos trabalhadores rurais no processo de saneamento em curso tem sido massiva e valiosa...”. Os plenários do PCP neste concelho repetem-se ao longo deste período e o *Avante* não deixa escapar um. Em Julho e Agosto as preocupações incidem sobre a assinatura das convenções colectivas de trabalho, a formação dos sindicatos e os “incêndios em searas” provocados pelos “agrários”. Naturalmente o *Avante* não esquece os artigos a elogiar a organização social e económica da agricultura soviética<sup>39</sup> e outros a acusar os “agrários alentejanos” de “absentismo”, “subaproveitamento das herdades”, de fazerem despedimentos em massa, de atraso nas ceifas e de venda de gado por qualquer preço<sup>40</sup>.

Em consonância com o *Avante* (alguns artigos eram mesmo repetidos nas duas publicações), o já referido *Boletim do MFA (Movimento 25 de Abril. Boletim Informativo das Forças Armadas*<sup>41</sup>), era dirigido pela Comissão coordenadora do Programa do M.F.A. e distribuído pel’*O Século* de graça a todos os militares, com uma clara intenção de propaganda. Iniciou a sua publicação em Outubro de 1974 e o seu papel no incentivo às

---

<sup>39</sup> Por exemplo o artigo “O que é um Kolkhoz?”, *Avante*, 9/8/1974.

<sup>40</sup> *Ibidem*, 16/8/1974, ou 27/3/1975.

<sup>41</sup> Para um estudo do MFA e do papel do seu *Boletim* neste período, ver o trabalho de alguns dos seus primeiros autores: Ramiro Correia, Pedro Soldado, João Marujo – *MFA e luta de classes. Subsídios para a compreensão do processo histórico português*, Biblioteca Ulmeiro, Lisboa, 1977 e *idem* – *MFA: Dinamização Cultural. Acção Cívica*, Biblioteca Ulmeiro, Lisboa, 1977.

ocupações de terras é indiscutível, uma vez que era dirigido precisamente aos militares que tiveram uma intervenção directa nas Campanhas de Dinamização Cultural e no processo de Reforma Agrária, como é salientado por Pezarat Correia<sup>42</sup>. Aliás, o papel fundamental dos militares nas ocupações é um facto que une as opiniões da esquerda e da direita, como se pode ver nas palavras de Vacas de Carvalho ao afirmar que “tem acontecido que certos militares e certos técnicos da Reforma Agrária incitam e acompanham as ocupações a título pessoal ou partidário”<sup>43</sup>, ou de Jorge Morais quando escreveu que as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA, no período gonzalvista, apoiaram abertamente a ocupação de terras, de casas e de empresas, “tornando-se no verdadeiro motor da revolução agrária”<sup>44</sup>. Os títulos e vocabulário do *Boletim* não deixavam margem para dúvidas:

“fascistas, tenebrosos (...) É urgente começar o processo de reforma das estruturas agrárias (...) Obrigar os proprietários, em especial os grandes latifundiários, à obtenção de níveis mínimos de produção (...) substituir os proprietários absentistas por órgãos especializados de Administração Pública que ou explorariam directamente a terra, ou a cederiam a organismos cooperativos...”<sup>45</sup>.

O seu número de 14 de Janeiro de 1975 é quase inteiramente dedicado ao tema da Reforma Agrária, com várias páginas a explicar os critérios e os objectivos das expropriações e a dar todas as directivas para a formação de cooperativas<sup>46</sup>. Duas semanas depois “Cooperativismo e desenvolvimento económico” é o grande título que ocupa as páginas 4 e 5, nas quais é desenvolvida a função pedagógica anteriormente salientada, com um texto sobre a história do cooperativismo em Portugal, e os organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho e a ONU são citadas para provar o reconhecimento da “importância da cooperação para o desenvolvimento económico nos diversos domínios da produção e distribuição de bens”. No dia 11 de Fevereiro de 1975 o grande destaque vai para a revolução agrária na Argélia, descrita elogiosamente e como um exemplo a ser seguindo em Portugal. E ao longo dos meses seguintes os editoriais e principais artigos incidem sobre as campanhas de dinamização para abolir a “contradição cidade-campo”, os discursos de Vasco Gonçalves ao

---

<sup>42</sup> Pezarat Correia – “Le Rôle de l’Armée...”, *op. cit.*, p. 29.

<sup>43</sup> Escrito em 14/9/1975, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 47.

<sup>44</sup> CAP. *Recortes...*, p. 23.

<sup>45</sup> *Movimento 25 de Abril. Boletim Informativo das Forças Armadas*, 12/11/1974 e 26/11/1974.

<sup>46</sup> Linguagem usada: a Reforma Agrária é “um conjunto de medidas que levem efectivamente à liquidação das relações de produção feudais, semifeudais ou quaisquer outras de tipo antagónico na agricultura, entre as quais se encontram as que resultam da estrutura da propriedade fundiária, e da consequente legislação sobre arrendamento rural”, *ibidem*, 14/1/1975, p. 3.

País<sup>47</sup> e de Oliveira Baptista, a “Batalha da Produção”. As imagens também são sugestivas: além dos habituais cartazes, incluía fotografia de muros e paredes pintados com as frases habituais: “A terra é nossa”, etc. Publicou ainda um “Dicionário Político”, no qual dá várias definições de “Poder Popular”: uma delas é precisamente “o caminho certo para a Reforma Agrária e o fim dos latifundiários absentistas, do desemprego e da emigração forçada”. O texto acaba com os chavões: “Nem um só hectare de terra por cultivar. A terra para quem a trabalha (...) Organizai-vos. Lutai pelo Socialismo construindo o Poder Popular”<sup>48</sup>.

A leitura do *Diário de Notícias* no ano de 1975 dá alguma razão a João Garin quando diz que este jornal estava “semi-controlado pelo PCP”<sup>49</sup>. Os seus títulos deixam claro a sua posição em relação à Reforma Agrária: por exemplo “A Reforma Agrária tem Inimigos: Quem foram (e são) os ‘ladrões’ das terras e dos gados”, artigo no qual Fernando Iglésias escreve que

“os verdadeiros ‘ladrões’ e sabotadores da economia alentejana e nacional não são, nem nunca foram, os trabalhadores. Pelo contrário, estes é que criaram ao longo de séculos de escravatura, a troca de salários de miséria e da fome que passaram nos largos meses em que não havia trabalho, a riqueza que era possível criar...”<sup>50</sup>.

Entre as notícias publicadas em Outubro deste ano salientam-se os “incêndios no Alentejo, alguns de origem criminosos”, muitos dos quais no distrito de Portalegre<sup>51</sup>; o Primeiro Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas, no dia 19 de Outubro de 1975, na Escola Rural da Fundação Abreu Calado, em Benavila, iniciativa da comissão distrital do PCP, com vista a dinamizar o processo da Reforma Agrária; e o paleio habitual sobre os “agrários” que tinham pedido muitos empréstimos, por isso não tinham direito às terras, e ainda por cima que estavam a virar os pequenos proprietários contras os trabalhadores.

“Os agrários alentejanos não podem queixar-se de roubo – é à banca nacionalizada que as terras, afinal, pertencem (...) Campanha alarmista da reacção para voltar os pequenos agricultores contra os operários agrícolas”<sup>52</sup>.

---

<sup>47</sup> Por exemplo o discurso no qual o Primeiro-Ministro expôs o plano económico que incluía a criação de cooperativas e concluía com as palavras: “A gente sabe que as cooperativas de antigamente eram uma falsidade. Mas queremos constituir cooperativas e outras associações de outro tipo, que vós mesmos criéis e inventeis. (...) Deveis ter a consciência de estardes a criar um Portugal novo”, *ibidem*, 11/3/1975, p. 7.

<sup>48</sup> *Ibidem*, 14/8/1975.

<sup>49</sup> João Garin – *Reforma Agrária...*, p. 52.

<sup>50</sup> *Diário de Notícias*, 15/10/1975, p. 2.

<sup>51</sup> *Ibidem*, 16/10/1975, p. 8.

<sup>52</sup> *Ibidem*, 21/10/1975, p. 2.

Também *O Diário* publica nesta época alguns artigos de fundo sobre o tema, como o de Miguel Urbano Rodrigues que compara o Alentejo de antes e depois do 25 de Abril e afirma que “a miséria e o atraso que o fascismo exhibia como folclore desapareceram rapidamente”<sup>53</sup>.

Além dos jornais nacionais de maior divulgação, outros de pequenos grupos tiveram uma voz activa neste período, como por exemplo o jornal *Esquerda Socialista* (Órgão do Movimento de Esquerda Socialista), publicado entre o dia 12 de Setembro de 1974 e 16 de Julho de 1975 e onde se divulgou a acção dos membros do seu movimento, sobretudo na região de Beja. O MES promoveu algumas sessões de esclarecimento em Albernoa e pretendeu sensibilizar os “camponeses” para a sua existência, além de ter participado na formação do sindicato local. Mais à esquerda, afirmando-se “marxista, leninista e maoista”, o *Revolução* (Órgão do Partido Revolucionário do Proletariado) iniciou a sua publicação em 28 de Junho de 1974. Dirigido por Isabel do Carmo, este jornal defendia Otelo Saraiva de Carvalho e várias posições radicais. No que diz respeito à Reforma Agrária o apelo é o mesmo dos seus colegas: logo no número inaugural a primeira página é preenchida com os “Trabalhadores rurais do Alentejo em luta” e as frases de incentivo:

“A Reforma Agrária deve ser conduzida pelos trabalhadores organizados em comités ou soviets de trabalhadores rurais que dirão ao governo o destino dos campos (...) É urgente o regresso dos emigrantes e soldados para virem trabalhar livremente as terras coutadas e sem nada produzirem (...) Caso estas reivindicações não sejam aceites integralmente todo o pessoal paralisará o trabalho e ocupará as máquinas e os lugares de trabalho até verem satisfeitas as suas aspirações mais urgentes. (...) Viva o comunismo!”

Dentro da mesma corrente foram também publicados os jornais *Luta Popular* (MRPP), Órgão Central do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (o seu primeiro número, na clandestinidade, é de Fevereiro de 1971 e foi publicado regularmente a partir de 30 de Maio de 1974), *Bandeira Vermelha*, Órgão Central do Partido Comunista Português (Reconstruído) e que surgiu como uma divisão do anterior, com o primeiro número no dia 22 de Janeiro de 1976; e *Reforma Agrária. A Terra a quem a Trabalha*, dirigido por António Gervásio, com sede em Beja e início no dia 14 de Abril de 1977.

Quanto aos jornais de direita é de salientar que era impossível na época uma tomada de posição clara contra a revolução do 25 de Abril ou contra a Reforma Agrária em geral. Seria suicídio político e nenhum o arriscou. Mas desde cedo demonstraram o seu

---

<sup>53</sup> “Ide ao Alentejo”, *O Diário*, 5/4/1976.

descontentamento com os governantes e denunciaram o tipo de Reforma Agrária que foi posta em prática. Os temas recorrentes são os trigos roubados, os cereais que não foram semeados nem colhidos<sup>54</sup>, as acusações de mentira no que diz respeito aos dados apresentados sobre a produção (por exemplo o título de Vacas de Carvalho: “Colheita de cereais de 1975 – O grande roubo”<sup>55</sup>), os casos de rendeiros e pequenos lavradores que estavam a sofrer com a Reforma Agrária, pois perderam o seu trabalho e são discriminados por não serem do PCP<sup>56</sup>... E o fascismo e a ditadura que o PCP introduziu nos campos alentejanos, além dos perigos da invasão soviética do Alentejo que se podia espalhar ao resto do país.

Na base de todas as críticas encontra-se a questão do ataque à propriedade privada. Aliás, Vítor Matias Ferreira defende mesmo que o alvo da Reforma Agrária foi o capitalismo e a propriedade privada<sup>57</sup>. Tal como Saramago escreveu de forma irónica, “ver a terra de meus avós nas mãos destes ladrões, é o fim do mundo quando se ataca a propriedade, alicerce divino e profano da nossa civilização”<sup>58</sup>. Estas palavras são ainda muitos actuais na mentalidade dos proprietários alentejanos, como se pode ver nas entrevistas citadas nos capítulos anteriores. E foram também um tema recorrente em vários autores, como por exemplo Vacas de Carvalho, cujos artigos foram compilados no já citado *O Fracasso de um processo. A Reforma Agrária no Alentejo*<sup>59</sup>, e que escreveu sobre a injustiça de se “retirar à família o direito que a lei lhe concede de trabalhar a terra, à qual está ligada por gerações”<sup>60</sup>. Também Sousa Tavares escreveu no *Jornal Novo*:

“Sobre a destruição ficou a semente da exploração, fecundada pela vingança (...) A injustiça praticada ofusca a justiça inspiradora do movimento inicial. O princípio fundamental de ‘dar a terra a quem a trabalha’ termina sufocado quando se tira a terra a quem nela tem o sangue, o suor, a saudade dos pais e a esperança dos filhos, a quem a ama como mãe e vida e razão fundamental de ser. A lenta transformação que todo o sistema de exploração da terra exige tem que assentar na lei, na vontade do povo (...) Mas não se coaduna com bandos de

---

<sup>54</sup> Ou “Continua o escândalo – Milhares de toneladas de trigo não foram semeadas (...) Nos postos de calibragem do Instituto dos Cereais, que fornecem o trigo para semente, reflecte-se esta situação, pois grande parte do trigo para semente não foi levantado...”, escrito em 27/12/1976, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 211.

<sup>55</sup> Escrito em 24/10/1975, *ibidem*, p. 49 e em 8, 12 e 14/2/1977, *ibidem*, pp. 233, 241-252.

<sup>56</sup> “Este PCP, ao qual alguns trabalhadores rurais servem fanaticamente, enquanto outros são oprimidos por não o fazerem”, escrito em 28/12/1975, *ibidem*, p. 86.

<sup>57</sup> “era o próprio capitalismo que se visava, inclusivamente no que ele tem de mais ‘sagrado’: a propriedade privada!”, Vítor Matias Ferreira – *op. cit.*, p. 55.

<sup>58</sup> José Saramago – *op. cit.*, p. 361.

<sup>59</sup> Com um prefácio de Rosado Fernandes, que descreve a época como “de invasão e violência, de roubo e de poder arbitrário”...

<sup>60</sup> Escrito em 29/8/1975, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 45.

assaltantes incrivelmente comandados por capitães, numa pura actuação de destruição social...”<sup>61</sup>.

Os ataques concretos à Reforma Agrária começaram apenas no final do ano de 1975, mas a sua intensidade ficou muito clara logo nos primeiros artigos de Jorge de Moraes no jornal *A Luta*, os quais foram depois reproduzidos no livro *CAP. Recortes de uma Luta*. O mesmo se passou com o artigos do Prof. Henrique de Barros, que escreveu n’*A Luta* um artigo de cariz abertamente contra a lei Oliveira Baptista, chamando-lhe

“Lei controversa e controvertida destinada exclusivamente a permitir a expropriação pelo Estado de propriedades rústicas consideradas ‘grandes’, no propósito de reduzir a proporções aceitáveis a assimetria económica que tem caracterizado entre nós a repartição da propriedade da terra, e não propriamente a promover uma reforma agrária no correcto e amplo sentido da expressão”<sup>62</sup>.

O *Tempo* foi o semanário que mais páginas dedicou ao tema da Reforma Agrária. Amigo pessoal de alguns agricultores de Avis, Nuno Rocha não deixou passar um número sem denunciar os “escândalos” e a “dominação comunista do Alentejo”, assim como os aspectos mais negativos da economia e da agricultura nos países do Leste europeu. Os artigos eram assinados por Ribeiro Teles, José Manuel Casqueiro, Carlos Oliveira e a partir do início de 1976 foram acompanhados por listas de herdades devolvidas aos proprietários<sup>63</sup>, assim como relatórios internacionais sobre a diminuição da produção agrícola em Portugal<sup>64</sup>. Para este jornal as desocupações das “propriedades indevidamente expropriadas” são “imperiosas, legais – mas também dramáticas” e a linguagem é tão violenta como a que observámos nos jornais de esquerda:

“O drama do Alentejo (...) A CAP, além de exigir a demissão do Ministro Lopes Cardoso, desafiou as autoridades a esclarecerem ‘o que é feito de 180 mil vacas, 275 mil suínos, um milhão de ovinos, 220 mil caprinos, 5 mil equinos, 19 mil muares e 18 mil azininos’ (...) Os tempos do terror no Alentejo já vão distantes, mas o medo continua ainda instalado nalgumas zonas (...) os sindicatos agrícolas, controlados pelo PC, não abandonam a sua política de coacção e repressão antidemocrática. (...) O controlo partidário das estruturas da agricultura alentejana permitiu desencadear acções e movimentações que, a pretexto de se pôr termo a uma exploração, conduziu a outra por vezes bem mais vincada. O sectarismo e a violência marcaram o processo (...) A vaga de ocupações fez-se, a sua maioria, sem o mais elementar direito de justiça e tendo exclusivamente como objectivo as explorações mais cuidadas e de maior rendimento (...) O processo seguido no Alentejo conduziu à delapidação quase total:

<sup>61</sup> Citado por Gonçalo Ribeiro Teles – *op. cit.*, pp. 64-65.

<sup>62</sup> *A Luta*, 2/1/1976, artigo reproduzido no livro de Henrique de Barros – *É indispensável consolidar a RA*, MAP, Lisboa, 1977, p. 11, e *CAP. Recortes...*, pp. 88-95.

<sup>63</sup> *Tempo*, 26/2/1976 e 4/3/1976.

<sup>64</sup> Relatório do Barclay’s Bank, de Londres, que refere que em Portugal a produção agrícola sofreu um decréscimo de 30%, *ibidem*, 17/6/1976.

dinheiros desbaratados e gado, lã e tantos produtos vendidos com prejuízo da colectividade, mas em tantos casos permitindo grandes negócios a certos dirigentes e a muitos intermediários. Quem tem beneficiado não está ligado à terra, salvo raríssimas excepções (...) No concelho de Campo Maior, como no de Avis e em tantos outros, do Alto e Baixo Alentejo, há um ano que muitos rurais não têm trabalho por não pertencerem ao PC, o que os impede de possuir o cartão do sindicato...”<sup>65</sup>.

Acrescenta ainda que a Reforma Agrária

“foi decretada num acto demagógico e irreflectido, baseada em conceitos marxistas, depois de organizada no segredo dos gabinetes gonçalvistas, e sob inspiração do secretário-geral do Partido Comunista (...) conjunto de medidas autocráticas de uma minoria activista que tomou o poder em Portugal com o beneplácito de militares marxistas infiltrados no Movimento dos Capitães. Foi efectivamente uma Ditadura que implantou aquelas medidas, o que as ilegitimou”. E continua a dizer que a Reforma Agrária foi “assegurada por uma ditadura encapotada que se apropriou do Alentejo”<sup>66</sup>.

E assim por diante... N’*O Dia* as referências à Reforma Agrária foram também frequentes, salientando-se a rubrica “Cartas de Agricultores – Assim vai a Reforma Agrária”, entre as quais algumas de pessoas de Avis que assinam apenas com iniciais. Já vimos no capítulo anterior que foi este jornal que publicou os casos dos avisenses Manuel Charuto e Inácio Ramalho. E publicou também a carta de um

“pequeno proprietário pressionado, ameaçado por esta chusma de vândalos, expressão bem clara dos comportamentos bárbaros do homem primitivo, sem lei...”, que quer “pôr de sobreaviso quanto às vergonhosas atitudes de determinados civis e militares que permitem deslocar-se ao COITO DOS MAIORES SELVAGENS DE BENAVIDA, com quem brutaemente se empançam e donde levam boas peças de carne, apetitosos molhos de chouriços...”. Chama a José Luís: “asqueroso e retinto ladrão”, aquele “miserável que se permite, em tão pouco tempo, comprar dois prédios urbanos cada um pelo valor de cerca de 1000 contos. Donde lhes veio esse dinheiro? E o que haverá mais além de tudo isto? (...) creiam na sinceridade de uma vítima”<sup>67</sup>.

Já se percebe aqui o tom do jornal em relação ao tema... No dia 1 de Dezembro de 1976 publicou mesmo um suplemento sobre a “Reforma Agrária em debate” e cujo título da primeira página era “O Alentejo é hoje um país diferente, uma espécie de Bulgária de Portugal – afirmou Jaime Gama (PS)”. O mesmo tipo de linguagem era usado no semanário *O País*, dirigido por Vera Lagoa e José Vacondeus e que antecedeu *O Diabo*. As expressões usadas para descrever a Reforma Agrária eram as típicas da direita: “ocupações selvagens...”;

---

<sup>65</sup> *Ibidem*, 23/9/1976, pp. 1, 13.

<sup>66</sup> *Ibidem*, 4/11/1976, p. 1.

<sup>67</sup> *O Dia*, 20/4/1976, p. 5.

“Escravidade no Alentejo”<sup>68</sup>, assim como as denúncias de sub-emprego grave no Alentejo, do drama dos seareiros que tinham comprado máquinas agrícolas a crédito e que agora não tinham terras onde as usar e não as podiam pagar, e dos casos “bárbaros” de abate de sobreiros e de touros reprodutores (“Foi pura e simplesmente abatido e cortado aos bocados para os indivíduos se banquetarem”).

Mais agressiva ainda n’*O Diabo*, Vera Lagoa acentuou a palavra ROUBO! E na crítica ao recém-publicado livro de Lopes Cardoso – *Luta pela Reforma Agrária* – as expressões utilizadas arrasam por completo o antigo Ministro da Agricultura:

“Recorrendo a todo o momento a chavões e a conceitos reveladores de um elevado grau de assiduidade ao altar do marxismo-leninismo (...) os Sindicatos Agrícolas e o Partido Comunista são réus da mesma prática. O trigo de Salazar e o trigo de Cunhal tinham os mesmos objectivos políticos. E o Alentejo – celeiro da nação – serviria igualmente os gabinetes totalitários (...) Também os Sindicatos infestaram de trigo áreas sem aptidão cerealífera”. E salienta os “milhares de contos que o País despendeu, sem esperanças de reembolso, para a satisfação das necessidades políticas do PCP no Alentejo e no Ribatejo”<sup>69</sup>.

O *Jornal do Agricultor*, com sede em Rio Maior, foi lançado no dia 13 de Abril de 1976 como suplemento do Jornal *O Zé*, ao qual se chamava afectuosamente *O Zé da Moca*. Mais tarde passou a jornal independente, quinzenal, e a órgão oficial da CAP, dirigido por José Manuel Casqueiro (Sub-Director: António Vacas de Carvalho) e com o objectivo explícito de defender os interesses dos agricultores<sup>70</sup>. Naturalmente que a linguagem é a mesma. Por exemplo:

“Ocupar, expropriar e nacionalizar sem indemnizar, o que será senão roubar?”.

Carta de uma agricultora expropriada e ocupada: “Já fui ao Ministério da Agricultura várias vezes, para ver se resolviam esta situação que eles criaram (...) Acontece que a nossa terra foi assaltada por uns fulanos da dita Reforma Agrária, dizendo que a terra não estava toda semeada”.

“Festas e matanças de borregos, porcos e novilhos” nas UCP, “nelas participando os mais diversos convidados, desde membros do Governo e do Partido, aos mais simples ‘burgueses’

---

<sup>68</sup> Num dossier especial sobre a Reforma Agrária, *O País* descreveu que trabalhadores das UCP eram cedidos a proprietários que não tinham pessoal suficiente para empreitadas como por exemplo de extracção de cortiça. A cooperativa recebia 2.000\$00 semanais por cada trabalhador e depois só lhe pagava 900\$00. Isto foi declarado por elementos da Associação dos Agricultores de Évora. Por outro lado, quando era necessário colher azeitona, as cooperativas tinham excesso de mão-de-obra, mas não a cediam logo, só quando a azeitona já tinha apodrecido. “Pretendem demonstrar que nas unidades colectivas tudo corre bem, tudo se faz e se consegue, e que os agricultores estão a fazer sabotagem económica”, 15/10/1976, pp. 12-13.

<sup>69</sup> *O Diabo*, 25/1/1977, p. 9.

<sup>70</sup> Anúncio no 1º número e que se repete nos seguintes: “Os agricultores proprietários, rendeiros ou seareiros, devem comunicar à CAP as ocupações de que foram vítimas, de forma a podermos defender os seus interesses”, *Jornal do Agricultor*, 13/4/1976, p. 4.

da cintura industrial ou da cidade, que passaram a poder dispor de um domingo no campo, com uma almoçarada à borla...”<sup>71</sup>.

“os fâmulos de Cunhal, como foram Esteves Belo, Oliveira Baptista, Lopes Cardoso, Luís Saias”..., enquanto que António Barreto e Vaz Portugal foram “dois homens dignos”<sup>72</sup>.

Além de publicar o já referido balanço da cooperativa *1º de Maio* e o respectivo défice de quase nove mil contos, em 8 de Fevereiro de 1977 o *Jornal do Agricultor* denunciava roubos de trigo em Avis e, em geral, fazia o “balanço trágico de quase três anos de política de terra queimada”. Quando as entregas de reservas foram levadas a cabo em grande escala, este jornal saudou Mota Pinto e afirmou que o Alentejo estava “sob tensão na hora da justiça”<sup>73</sup>. Começou então a denúncia das situações de degradação nas terras desocupadas: máquinas destruídas, terras por cultivar, enfim, “Morte e destruição entregues ao reservatório”<sup>74</sup>. Este foi o mote em toda a imprensa de direita que se pode resumir nos artigos de Vacas de Carvalho: as questões das desocupações de herdades indevidamente ocupadas e da atribuição de reservas e de indemnizações aos proprietários, a denúncia dos casos “de grave incúria” na agricultura praticada nas herdades ocupadas (e até de crimes contra a saúde pública), e do dinheiro que o Estado gastava a sustentar a quantidade exagerada de trabalhadores nas cooperativas<sup>75</sup>.

“Estão a surgir os desastrosos resultados da Reforma Agrária (...) conhecem-se alguns dos verdadeiros escândalos económicos ocorridos durante um ano de gestão dos dirigentes das Cooperativas Agrícolas (...) crimes contra a economia do País, os quais comprometem gravemente o futuro da agricultura nesta região Sul”. E sobre o roubo: “os trabalhadores tiveram de vender bens que não lhes pertenciam. Foram levados a ser ladrões. E este foi o maior crime de todo o processo: levou trabalhadores perfeitamente honestos, chefes de família perfeitamente dignos, a actuar como se ladrões fossem”<sup>76</sup>.

Acrescenta-se que para estes autores os políticos dos governos provisórios eram todos loucos varridos: Vasco Gonçalves tinha as paredes do seu prédio na Av. dos Estados Unidos da América pintadas com frases a mandá-lo para o Júlio de Matos; Oliveira Baptista foi

<sup>71</sup> *Ibidem*, 20/4/1976, p. 4; 4/5/1976, p. 2; 8/6/1976, p. 3.

<sup>72</sup> João Garin – “Reforma Agrária, Aberração que ainda sobrevive”, *ibidem*, 21/12/1979.

<sup>73</sup> *Ibidem*, 29/3/1977, p. 1; 28/10/1978.

<sup>74</sup> Exemplo de uma reserva entregue em Alter do Chão, *ibidem*, 12/6/1979, p. 25. Este jornal existiu até 18/12/1981. Fez um intervalo e reapareceu como a *Revista do Agricultor*.

<sup>75</sup> Num artigo escrito em 14/11/1976 o autor denuncia o caso de uma vinha onde a uva não foi colhida e apresenta “um panorama bem diferente, o qual não é certamente mostrado aos excursionistas” que se deslocavam de Lisboa para “admirar e cantar louvores ao processo político do qual desconhecem as realidades”. Para ele, “Caso os trabalhadores desta Cooperativa ganhassem do produto da terra em vez de receberem regularmente os salários dos cofres do Estado, certamente a vindima tinha sido feita na devida altura...”. Quanto aos crimes contra a saúde pública, o autor afirma que a Cooperativa de Sousel vendeu porcos com peste suína africana, 5/2/1977, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, pp. 201, 231. João Garin também denuncia situações de “Gado vendido ao desbarato” por parte das cooperativas, *Reforma Agrária...*, p. 485.

<sup>76</sup> Vacas de Carvalho – *op. cit.*, pp. 27, 189.

repetidamente classificado de “incompetente” e “demagógico” por João Garin, que também chama a Lopes Cardoso “um neurótico ao serviço de uma causa sinistra”, assim como todos os autores de esquerda que escreveram sobre o tema pertenciam a uma “intelectualidade imbecil”, que usa o rótulo de “lutadores anti-fascistas” como um certificado<sup>77</sup>.

Em 1976 a Reforma Agrária foi debatida na televisão e em vários meios de comunicação. O Ministro da Agricultura Lopes Cardoso foi naturalmente o alvo dos mais variados comentários e opiniões. Para a direita ele era comunista<sup>78</sup>, para a esquerda foi o primeiro a atacar directamente a Reforma Agrária... Por exemplo, no semanário *Tempo* chamaram-lhe um “ministro conflituoso e também inconveniente”, com “falta de senso político” e “falta de categoria como governante”<sup>79</sup>. E um jornalista da RTP disse que ele era visto como “um perigoso agitador político, chegando mesmo a insinuar-se que seria um elemento de extrema esquerda infiltrado no Partido Socialista e no seio do VI Governo”, ao que o ministro respondeu que era o risco que corriam os homens públicos<sup>80</sup>. Este debate televisivo foi reproduzido num caderno especial d’*O Jornal* coordenado por Manuel Beça Múrias e publicado em Agosto de 1976 com o título *Reforma e contra reforma agrária*, no qual todas as forças políticas que se degladiavam na época tiveram a oportunidade de expor e confrontar as suas ideologias. O caderno começa com os típicos artigos de propaganda sobre as vantagens da Reforma Agrária nos outros países, como a Argélia, Iraque, Perú, Cuba, URSS<sup>81</sup>, e inclui intervenções que abrangeram todo o espectro político, desde o CDS ao PCP, passando pelos secretários de estado envolvidos na legislação inicial, pelo ministro Lopes Cardoso e pelo Prof. Henrique de Barros, juntando no mesmo tema Ribeiro Teles e Pezarat Correia, Vítor Louro e António Bica. Este último foi o Secretário de Estado da Agricultura dos 4º, 5º e 6º Governos Provisórios e, como seria de esperar, faz a apologia da Reforma Agrária, justificando as ocupações no período das colheitas pela necessidade de dinheiro para os pagamentos iniciais das cooperativas que se iam formar e também para impedir que os proprietários ficassem com o dinheiro<sup>82</sup>. Vítor Louro, que o substituiu na Secretaria de Estado

---

<sup>77</sup> João Garin – *op. cit.*, pp. 14, , 73, 240.

<sup>78</sup> “Lopes Cardoso montou uma ‘máquina comunista’ que domina os Centros Regionais da Reforma Agrária e a sua Comissão Coordenadora”, *CAP. Recortes...*, p. 167.

<sup>79</sup> *Tempo*, 21/10/1976, p. 1.

<sup>80</sup> “Debate na Televisão: Cinquenta hectares podem ser muita coisa”, in Manuel Beça Múrias (coord.) – *op. cit.*, p. 62.

<sup>81</sup> O artigo sobre a URSS foi retirado do prefácio do livro do Cunhal, acabado de reeditar, “URSS e outros países socialistas: a reorganização da agricultura segundo a teoria leninista” (prefácio de *A Questão Agrária*, textos de Lénine, Edições Avante), *ibidem*, pp. 22-28.

<sup>82</sup> Havia a “necessidade, sentida pelos trabalhadores, de garantir uma reserva mínima de dinheiro que lhes assegurasse a subsistência, mesmo com salários reduzidos, até à colheita seguinte”, António Bica – “A Reforma Agrária é irreversível caso a democracia subsista em Portugal”, *ibidem*, p. 38.

da Estruturação Agrária em 21 de Janeiro de 1976, era, tal como o anterior, militante comunista e tinha “pontos de vista idênticos”, defendendo uma “Reforma Agrária revolucionária”, da qual “uma parte importante está realizada”. Ao descrever o processo afirma que as primeiras ocupações foram uma

“resposta à tentativa de sabotagem e descapitalização das empresas por parte dos agrários (...) Não foi obra, apenas, dos trabalhadores agrícolas, mas é evidente que foram eles quem liderou todo o processo, até pela sua consciência de classe...”. Salienta ainda o desenvolvimento que a reforma agrária proporcionou a outros sectores da economia, assim como a sua contribuição para a vida cultural e social nos campos. “Os trabalhadores já não têm o espectro da fome à sua frente, e tornam-se receptivos a certas iniciativas de ordem cultural, fazem excursões, vêem teatro, ouvem canto, vêem cinema”.

Contudo, para o autor, muito estava “longe de estar feito”, pois apesar de já se encontrarem nessa altura ocupados cerca de um milhão e oitenta mil hectares de terra, ainda havia “no total e dentro da lei actual” um milhão e seiscentos mil hectares expropriáveis<sup>83</sup>.

Lopes Cardoso, apesar de ter tido alguns conflitos com o seu Secretário de Estado António Bica, apresentou frequentemente o mesmo tipo de linguagem que era usada pela esquerda mais radical:

“Fala-se hoje muito das injustiças cometidas com a Reforma Agrária e esquece-se a situação de exploração em que viviam os trabalhadores rurais do Alentejo, verdadeira massa de servos ao serviço dos grandes agrários que acumularam as suas fortunas à custa da mais valia arrancada do esforço e do suor desses trabalhadores rurais”<sup>84</sup>.

Na mesma linha Pezarat Correia salienta que “em toda a área das unidades colectivas de produção há um franco aumento de terra trabalhada, e portanto um aumento de produção. Além disso, há uma quase plena utilização de mão-de-obra no sector rural...”<sup>85</sup>. Queixa-se, porém, da morosidade do apoio das estruturas governamentais e da falta de apoio técnico.

No campo oposto Ribeiro Teles clama que “O que se está a fazer não é Reforma Agrária” e insiste que as ocupações “causaram foi o aumento do latifúndio, o aumento da monocultura, o aumento do cultivo de cereais em áreas impróprias”, o que vai provocar, “ao fim dum certo tempo, deixa-nos o deserto, deixa-nos a incapacidade do campo em absorver portugueses, em ter portugueses a trabalhar nele”. A solução, pelo contrário, é “uma

---

<sup>83</sup> “Vitor Louro: ‘Os trabalhadores têm as terras nas mãos mas não querem ser seus donos’”, *ibidem*, pp. 43-45.

<sup>84</sup> Lopes Cardoso – “Reforma Agrária, ‘cavalo de batalha’...”, discurso na tomada de posse da Comissão de Análise, *ibidem*, p. 57. Neste número vem também uma entrevista ao ministro com o título (já citado) “Lopes Cardoso: a defesa intransigente com a correcção dos erros (inevitáveis?) cometidos”, *ibidem*, p. 53-54.

agricultura diversificada de policultura...”. Denuncia também o abate de sobreiros e de azinheiras, e o aumento das folhas de cultura de cereais que comprometem o ciclo da água<sup>86</sup>.

Quanto ao CDS, nas palavras do seu Secretário de Política Agrária, a sua preocupação incide sobre uma “concepção personalista e não colectivista” da Reforma Agrária e basicamente reproduz o programa deste partido acima exposto, lamentando profundamente o Decreto-Lei nº 406-A/75 e o critério de atribuição de pontuações às terras: “foram elaboradas não se sabe por quem e, inadmissivelmente, sem os agricultores nem as suas associações terem sido ouvidas”, o que deu origem a decisões que afectaram tragicamente os seus destinos<sup>87</sup>. Também este partido usa a linguagem do medo e os fantasmas da fome, assim como a teoria da conspiração comunista internacional:

“sob a capa da reforma agrária foi desencadeado no Sul do País um processo de destruição do sector agrícola que ameaça lançar-nos a todos na fome (...) certos partidos e grupos, para quem o ódio é o único sentimento e a violência o único alimento, aliciaram trabalhadores rurais com a promessa duma redistribuição de terras, os quais, enquadrados por operários ‘progressistas’ e revolucionários ociosos, alguns deles estrangeiros, têm desenvolvido uma acção desenfreada de ocupações selvagens nas herdades, e também de pequenas explorações e até de pequeníssimas courelas (...) acompanhadas da pilhagem dos valores existentes nas explorações e da expulsão e lançamento no desemprego do pessoal antigo, chegando-se à espoliação das próprias moradias particulares” com o objectivo do “descalabro”, do “caos económico, e não o benefício autêntico dos trabalhadores rurais, na mira da instalação da ‘ditadura do proletariado’, ou melhor da ‘ditadura sobre o proletariado’”. Acentua ainda a “mentira” sobre o aumento da produção nas terras ocupadas: “Estimativas recentes apontam para uma redução de 30% na área habitualmente semeada de trigo no Alentejo (...) possibilidade duma redução de 50% da produção nessa província (...) criminoso delapidação que se tem feito do gado das herdades ocupadas, vendendo ao desbarato até reprodutores de excepcional categoria internacional, ameaça seriamente o futuro da pecuária nacional...” E conclui: “A terra portuguesa não pode continuar a saque”<sup>88</sup>.

Convidado a contribuir nesta publicação, o Prof. Henrique de Barros enviou um texto escrito em 1974 onde já tinha deixado bem clara a sua posição sobre o tema e a sua proposta de Reforma Agrária, coerente com “o sonho da minha mocidade, dos meus tempos de estudante de agronomia e dos meus primeiros tempos de agrónomo. Foi objecto de estudo da

---

<sup>85</sup> Acrescenta que até há excesso de mão-de-obra em algumas, “o que pode pôr em perigo a rentabilidade das culturas do próximo ano...”, “Pezarat Correia: ‘As Cooperativas devem avançar rapidamente para a democracia na escolha das comissões directivas’”, *ibidem*, p. 68.

<sup>86</sup> “Ribeiro Teles: ‘O que se está a fazer não é Reforma Agrária’”, *ibidem*, p. 60.

<sup>87</sup> Além disso, “o sistema de pontuação está feito ao contrário do que deveria ser: premeia os proprietários absentistas, que deixaram as suas terras ao Deus dará e que agora atingem baixas pontuações, e castiga os agricultores de conta-própria e os rendeiros dinâmicos, com iniciativas, que comprometeram muitas vezes o seu nome e os seus haveres em empréstimos à Banca ou ao Fundo de Melhoramentos Agrícolas para investir em obras de rega, em plantações de vinhas e pomares, em pecuária intensiva, etc., pelo que atingem agora elevadas pontuações...”, “A Reforma Agrária segundo o CDS: uma concepção ‘personalista’”, *ibidem*, pp. 74-75.

minha actividade de técnico e de professor. Foi objecto constante das minhas preocupações, entendida a Reforma Agrária no sentido correcto do termo, que é o de promover uma redistribuição do rendimento social da agricultura, de maneira a beneficiar as classes mais desfavorecidas”<sup>89</sup>. Defende então

1. expansão crescente do quantitativo de pequenas e médias empresas, ao mesmo tempo que se estimula a aglutinação dos minifúndios e o cooperativismo;
2. criação, a expensas da propriedade latifundiária e eventualmente da propriedade comunitária subsistente ou recuperável, de médias e grandes empresas cooperativas de produção integral, bem como de sólidas empresas públicas pioneiras do progresso técnico e da gestão racional;
3. organização cooperativa para as pequenas e médias empresas existentes;
4. aceite permanente de unidades privadas de produção com média ou mesmo, em certos casos, grande dimensão, as quais aceitam deveres económicos e sociais, utilizando mão-de-obra assalariada permanente bem remunerada, reunida em sindicatos fortes e protegida pela legislação social<sup>90</sup>.

No fim de 1976, a substituição do Ministro da Agricultura criou grandes expectativas. À esquerda a atitude foi imediatamente negativa e a reacção local popular foi fortíssima, incentivada por uma imprensa agressiva e acintosa, mas que não deixou de ser rica em iconografia por vezes bastante imaginativa. Por exemplo no jornal da *Reforma Agrária*, dirigido por António Gervásio, trabalhador rural, sindicalista e deputado do PCP na Assembleia Constituinte, António Barreto é caricaturizado nesse período como o *Robin das Planícies*, com a legenda “Assaltar os trabalhadores e dar aos exploradores”, ou como “A Ratazana dos campos”<sup>91</sup>. A expressão “ofensiva contra a Reforma Agrária”, que mais tarde evoluiu para “Contra-Reforma Agrária”, foi rapidamente adoptada por toda a imprensa a partir dos discursos dos deputados comunistas no parlamento<sup>92</sup>. No *Revolução* (PRP), os títulos eram significativos: “O Avanço da Reacção no Alentejo”, com o sub-título: “A recuperação capitalista na zona da reforma agrária”; “Repressão no Alentejo”, ou mesmo

---

<sup>88</sup> *Ibidem*, pp. 75-76.

<sup>89</sup> Discurso na Assembleia Constituinte em 7/11/1975, reproduzido em Henrique de Barros – *op. cit.*, p. 49.

<sup>90</sup> *Idem* – “Extensão rural e reforma agrária”, *op. cit.*, p. 73.

<sup>91</sup> *Jornal Reforma Agrária. A Terra a quem a Trabalha*, dir. António Gervásio, Beja, 1/7/1977 e 15/7/1977.

<sup>92</sup> Ver, por exemplo, a intervenção de Carlos Brito no *Diário da Assembleia da República*, nº 57, 21/12/1976, p. 1810. Logo em meados de 1977, o *Avante* publicou a definição deste conceito: “tirar a terra a quem a trabalha para dá-la a quem a abandona”, *Livro Negro do MAP*, Avante, Lisboa, 1977, p. 47. A expressão “Contra-Reforma Agrária” ficou consagrada pelo antigo ministro Oliveira Baptista no seu artigo “Lei 77/77: a contra-reforma agrária”, *Economia e Socialismo*, nº 43, Outubro, 1979. Para este autor, o movimento começou logo com o VI Governo e com o alargamento do direito de reserva, o que foi “uma cedência clara perante forças e grupos dos que mais se opõem ao processo democrático” e que, em conjunto com o “afastamento de técnicos e pessoal administrativo progressistas, a dissolução do embrião de um novo aparelho de Estado não enfeudado nem ligado às classes dominantes do fascismo, o recuo em outros aspectos da legislação, etc., foram outras facetas duma política que abriu portas às forças que combatem a reforma agrária (...) A outra componente foi, sem dúvida, a campanha político-ideológica, na qual o anti-comunismo ocupou larga fatia”, *idem – Portugal 1975...*, pp. 57, 155.

“Actuação Pidesca no Alentejo”<sup>93</sup>, o que condizia com os piores insultos e as palavras de ordem “Barreto para a Rua!” escritos por todas as paredes e muros do Alentejo<sup>94</sup>.

A acção do *Avante* não se limitava à publicação do jornal: a sua actividade editorial foi significativa logo a seguir à revolução. Neste período destaca-se o *Livro Negro do MAP*, publicado na altura da discussão da *Lei Barreto* no Parlamento, assim como o folheto *Em Defesa da Reforma Agrária*, com o discurso de Álvaro Cunhal no Baleizão no dia 21 de Maio, no qual se repetem as palavras: “Acusamos o MAP...!”<sup>95</sup>.

À direita, “a fácil substituição dos dirigentes suscitou dúvidas aos observadores” e provocou a “desconfiança” e “inquietação dos agricultores”<sup>96</sup>, pois era vista como mais uma manobra do PS que, apesar das boas intenções de António Barreto, não alterava grandemente o estado das coisas: “O Alentejo continua em convulsão”<sup>97</sup>. Logo nos primeiros dias de Novembro *A Luta* aplaudiu o facto do Ministro ter declarado que “serão cumpridas as disposições sobre o pagamento de indemnizações – inclusivé a súbditos estrangeiros – e que prosseguirá o processo de devolução de terras ilegalmente ocupadas (...) Embora socialista, o dr. António Barreto inicia uma interessante política de aproximação das realidades”<sup>98</sup>. Mesmo assim a sua “interessante política” não conseguiu a confiança da direita. António Barreto era “um homem esclarecido e que embora tivesse militado na sua juventude no Partido Comunista, tinha uma noção clara das limitações sociais e económicas que o colectivismo impunha”<sup>99</sup>. Mas não deixava de ser “suspeito”. O *Tempo*, por exemplo, não se cansou de publicar expressivas caricaturas do ministro de balde e escova a lavar o Alentejo e extensas descrições da sua nova proposta de lei, “Tão impossível como endireitar a sombra de uma vara torta”<sup>100</sup>. E Pequito Rebelo escreveu que Barreto “Não conseguiu libertar-se dos

---

<sup>93</sup> *Revolução* (PRP), ano III, 6/1/1977, p. 6; 13/1/1977, p. 9.

<sup>94</sup> Ricardo Sá Fernandes escreveu que Barreto “encontrou vasto eco pelos muros do país”, *op. cit.*, p. 894. A estas reacções chamou Jaime Gama a “histeria do PC no ataque à proposta de lei”, João Garin – *op. cit.*, p. 457.

<sup>95</sup> Ver também Eugénio Rosa – *A Reforma Agrária em Perigo*, Caminho, 1977.

<sup>96</sup> “tal como o PS tentava entrar nos Sindicatos da Indústria, por meio do movimento Carta Aberta, tentava, ao mesmo tempo, ocupar algum espaço no seio dos agricultores (...) Esta iniciativa foi acompanhada na agricultura por uma outra manobra, que visou a criação de Cooperativas Agrícolas mais pequenas, resultando da desanexação de herdades dos grandes latifúndios PC. Tratava-se, da mesma forma, para o PS, de ganhar algum espaço no seio dos trabalhadores rurais”, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, pp. 192-193.

<sup>97</sup> Escrito em 29/5/1977, *ibidem*, p. 323.

<sup>98</sup> Citado em *CAP. Recortes...*, p. 171.

<sup>99</sup> Rosado Fernandes – “Estruturas Agrícolas...”, *op. cit.*, p. 5.

<sup>100</sup> *Tempo*, 9/12/1976, p. 1 e 13/1/1977, p. 12.

preconceitos marxisantes”, e que o seu projecto é uma “cortina de fumo ocultando o assalto comunista ao poder”<sup>101</sup>.

As desocupações no período de Mota Pinto inflamaram de novo a imprensa, sobretudo a de esquerda, onde os casos foram empolados e as situações de “roubo” das terras aos trabalhadores foram denunciadas, assim como também o estavam a ser na Assembleia da República.

“O MAP está tão ocupado nas acções de violência, de repressão e de brutalidade contra a Reforma Agrária, eles estão tão ocupados a comandar as baionetas, os cassetetes e os cães, eles estão tão dedicados à defesa de meia dúzia de latifundiários que não têm tempo nem cabeça para resolver os problemas do povo trabalhador”<sup>102</sup>.

Um caso especial preocupou a imprensa no final de Setembro de 1979, quando dois trabalhadores foram mortos em Montemor-o-Novo:

“O sangue dos trabalhadores correu de novo no Alentejo (...) Entrega ilegal de uma reserva, despachada por Mota Pinto. Na UCP Bento Gonçalves, em Montemor-o-Novo, 2 trabalhadores foram assassinados e dois ficaram feridos por elementos da GNR (...) O latifundiário estava acompanhado por numeroso grupo de amigalhões, latifundiários como ele, entre os quais se podiam ver os sinistros Vacas de Carvalho...”<sup>103</sup>.

“Alentejo sai hoje à rua em protesto contra o monstruoso crime de Montemor”<sup>104</sup>.

A Reforma Agrária voltou a estar na ordem do dia quando no dia 30 de Abril de 1984 as FP-25 assassinaram uma criança de quatro meses, a dormir no berço, neto de um proprietário cuja herdade acabara de ser desocupada. No que ficou conhecido como o “crime de S. Manços”, uma aldeia no concelho de Évora, esta organização terrorista fez explodir uma bomba de fabrico artesanal junto à parede da casa de Luís António Dionísio, depois de o ter avisado, em vários telefonemas, da intenção de o castigar pelo “roubo das terras com a cobertura do Centro Regional da Reforma Agrária”<sup>105</sup>. O caso de S. Manços insere-se numa longa lista de atentados à bomba das FP-25 no Alentejo que foram amplamente noticiadas pela imprensa da época. No final dos anos 80 o Alentejo aparentemente deixou de ser um tema interessante, passando a ser referido apenas esporadicamente e relacionado com os temas do turismo, gastronomia, património e pouco mais.

---

<sup>101</sup> José Pequito Rebelo – *Boas e Más Reformas Agrárias V – A terceira falsa Reforma Agrária. O projecto Barreto (pior a emenda que o soneto...)*, e. a., Porto, 1977, p. 27.

<sup>102</sup> Intervenção da Deputada Zita Seabra, do PCP, *Diário da Assembleia da República*, nº 7, 7/11/1978, p. 188.

<sup>103</sup> *O Amigo. Mensageiro Regional Avisense*, Outubro, 1979, 1ª página com fotografia.

<sup>104</sup> *O Diário*, 28/9/1979, pp. 10-11. Este episódio vem também relatado no livro *Avante com a Reforma Agrária. Reforma Agrária em Portugal*, Tulipa Vermelha, Amsterdão, 1980.

#### 5.4 – A produção na área das ciências sociais

Por mais “assanhados” que fossem os debates no parlamento e na imprensa, não há dúvida que o tema da Reforma Agrária interessou apenas os seus mais directos participantes. Os grandes problemas que afectaram Portugal no período revolucionário e que se reflectiram na bibliografia produzida estiveram muito mais ligados ao debate ideológico e à instituição e início do funcionamento do regime democrático, à crise económica em geral, à descolonização e depois à entrada na CEE. A Reforma Agrária era muitas vezes referida apenas como uma pequena e pouco significativa parte do processo de democratização do país<sup>106</sup>. Uma parte sobretudo incómoda.

Notou-se a preocupação por parte dos investigadores nas áreas da História e da Sociologia em publicar obras sobre o movimento operário e sindical, como foi o caso de António Ventura, Ramiro da Costa e Alexandre Vieira, que incidiram os seus estudos sobre a Primeira República e particularmente sobre o Alentejo<sup>107</sup>. Na pesquisa bibliografia realizada encontrei 101 obras publicadas em Portugal entre 1974 e 1980 que incidem directa ou indirectamente sobre a Reforma Agrária portuguesa. Quanto a revistas de Ciências Sociais podemos ler 19 artigos sobre o tema na revista *Análise Social*, oito dos quais de Manuel de Lucena ligados à ideologia do Estado Novo sobre as questões rurais e os organismos corporativos. Mas o mais emblemático da posição oficial dos intelectuais de esquerda neste período é o já referido artigo de A. de Vale Estrela intitulado “A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses. Uma revisão crítica”. Salientam-se ainda os três artigos de João Ferreira de Almeida e o de José Madureira Pinto na área da sociologia rural<sup>108</sup>, a publicação

---

<sup>105</sup> Palavras escritas nos panfletos que as FP-25 deixaram no local da explosão, ver, por exemplo, o artigo de Isabel Braga no *Público*, 13/12/1999.

<sup>106</sup> Mesmo nesse período algumas obras que se publicaram sobre a revolução portuguesa nem se deram ao trabalho de incluir o tema da Reforma Agrária, como foi o caso de *Insight on Portugal. The Year of the Captains, by the Insight Team of the Sunday Times* – Andre Deutsch, Londres, 1975. Para não falar de algumas ditas *Histórias de Portugal* sobre o período contemporâneo que também o ignoram por completo, como é o caso de João Medina (dir.) – *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, 15 vols., Ediclube, Amadora, 1993.

<sup>107</sup> António Ventura – *op. cit. Idem – O sindicalismo no Alentejo. A «tourné» de propaganda de 1912*, Seara Nova, Lisboa, 1977. Ramiro da Costa – *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1979. Alexandre Vieira – *Subsídios para a História do Movimento Sindical em Portugal (de 1908 a 1919)*, Ed. Base, Lisboa, 1977. Outros estudaram as lutas sociais nas empresas, mas sem referir as empresas agrícolas, como foi o caso de Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marínus Pires de Lima, Vítor Matias Ferreira – *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, 3 vols., Edições Afrontamento, Porto, 1976-1977.

<sup>108</sup> João Ferreira de Almeida – “Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal”, *Análise Social*, vol. XII (45), 1976, pp. 41-63; *idem* – “Sobre a monografia rural”, *ibidem*, vol. XIII (52), 1977, pp. 789-803; *idem* – “‘Quem faz o arraial é o povo’: mudança social e mudança cultural”, *ibidem*, vol. XVI (64), 1980, pp. 679-698. José Madureira Pinto – “A etnologia e a sociologia na análise de colectividades rurais”, *ibidem*, vol. XIII (52), 1977, pp. 805-828.

de dados sobre a Reforma Agrária em Évora por Eduardo Freitas<sup>109</sup>, as “reflexões” de Inês Mansinho sobre a liquidação dos grémios da lavoura<sup>110</sup> e as análises económicas de Rogério Roque Amaro e Edgar Rocha<sup>111</sup>. Uma característica do período revolucionário foi a tradução e publicação de obras de autores estrangeiros relevantes para o processo em curso, como foi o caso de Tchayanov por Villaverde Cabral<sup>112</sup> e a referência a outras reformas agrárias, como o já citado artigo de Álvaro Bandarra e Nelly Jazra sobre a Argélia. Estes trabalhos tinham uma intenção didáctica que também se encontra na publicação das obras de Peter Dorner<sup>113</sup> e de Oskar Lange<sup>114</sup>, ou mesmo de Gerrard Winstanley, um inglês que em 1648 afirmou a igualdade dos homens, a necessidade de não pagar décimas ao clero, a exaltação das classes inferiores, o que levou o autor do prefácio, o italiano Antonino Recupero, a afirmar que este autor fizera a primeira afirmação do comunismo<sup>115</sup>. Houve também a preocupação de mostrar outras formas de cooperativismo, como por exemplo o caso israelita<sup>116</sup>.

A revista *Economia e Socialismo* também publicou vários artigos neste período, como por exemplo o de Bandarra e Jazra e dois de Oliveira Baptista<sup>117</sup>. E a *Seara Nova* incluiu nos seus números alguns artigos de autores como Blasco Hugo Fernandes<sup>118</sup>.

---

<sup>109</sup> Eduardon Freitas – “Alguns dados referentes à Reforma Agrária no Distrito de Évora”, *ibidem*, vol. XIII (50), 1977, pp. 479-500.

<sup>110</sup> Inês Mansinho – “Algumas reflexões sobre a liquidação dos grémios da lavoura do Alentejo e Algarve e respectivas federações”, *ibidem*, vol. XV (59), 1979, pp. 525-609.

<sup>111</sup> Rogério Roque Amaro – “A agricultura portuguesa e a integração europeia: a experiência do passado (E.F.T.A.) e a perspectiva do futuro (C.E.E.)”, *ibidem*, vol. XIV (54), 1978 – 2º, pp. 279-310. ROCHA, Edgar – “Evolução do défice externo agrícola, particularmente no domínio alimentar, e suas causas”, *ibidem*, vol. XV (60), 1979, pp. 839-857. Depois deste período *quente*, a *Análise Social* continuou a ser uma das únicas revistas académicas a publicar temas relacionados com o mundo rural e as suas alterações, sobretudo na área da Sociologia Rural e com referências à Reforma Agrária. para este trabalho consultei mais 31 artigos publicados entre 1981 e 2001, entre os quais se salientam os já citados de António Barreto, de Oliveira Baptista e os estudos orientados por Manuel Villaverde Cabral sobre a Campanha do Trigo.

<sup>112</sup> Alexander V. Tchayanov – “Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924)”, *ibidem*, vol. XII (46), 1976, pp. 477-502. Vítor Matias Ferreira salienta esta publicação e diz que há grandes semelhanças entre os seareiros e os servos russos, *op. cit.*, p. 78. Ver também Basile Kerblay – “Chayanov and the Theory of Peasantry as a Specific Type of Economy”, in Teodor Shanin (ed.) – *Peasants and peasant societies*, Penguin Books, Middlesex, 1971, pp. 150-160.

<sup>113</sup> *Op. cit.*, ver capítulo 1 da segunda parte.

<sup>114</sup> Textos deste autor já tinham sido publicados na obra de Blasco Hugo Fernandes (org., trad. e intr.) – *Agricultura, Reforma Agrária...*, em 1967. Depois da revolução foram publicadas em Portugal as suas obras: *O modo de produção e as formações sociais: a concepção materialista da História*, trad. Maria de Fátima Freire e Ladislau Dowobor, Centelha, Coimbra, 1976 e *Economia Política*, Prelo, Lisboa, 1979.

<sup>115</sup> “Trabalhai em conjunto, comei em conjunto”, além das afirmações de que ninguém deveria ter mais terra do que a que ele próprio pode cultivar; exaltação das terras comunais, contra a apropriação senhorial dos baldios, etc., tudo temas que “são problemas que ainda hoje o movimento operário enfrenta (...) basta para o resgatar de três séculos de silêncio”, Gerrard Winstanley – *A terra a quem a trabalha! A ideologia do colectivismo agrário*, Pref. Antonino Recupero, trad. Virgílio Martinho, Morais Editora, Lisboa, 1976, pp. 21, 30. Quanto ao primeiro comunista, alguns dos meus entrevistados referiram o próprio Jesus Cristo...

<sup>116</sup> *Os Kibbutzim*, Inscop, Lisboa, 1978.

<sup>117</sup> Álvaro Bandarra e Nelly Jazra – “A transformação das estruturas agrárias em Portugal”, *Economia e Socialismo*, nº 39, Junho, 1979, pp. 19-36. Oliveira Baptista – “Sobre a economia das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção”, *ibidem*, nº 41-42, Agosto-Setembro, 1979. *Idem* – “Lei 77/77...”, *op. cit.*

<sup>118</sup> Blasco Hugo Fernandes – “A direita ataca a Reforma Agrária”, *Seara Nova*, nº 1573, Lisboa, 1976, pp. 6-7 e nº 1574 de 1976, pp. 7-10.

Nos anos 80 salienta-se a publicação de números especiais de revistas internacionais sobre o tema das Reforma Agrária portuguesa, como foi o caso da *Revue Tiers Monde*, que em 1982 publicou, sob a direcção de Bernardo Roux, o título “Réforme et contre-réforme agraire au Portugal”, para o qual contribuíram diversos investigadores nacionais e estrangeiros, como o próprio Roux<sup>119</sup>, Armando Trigo de Abreu<sup>120</sup>, Bandarra e Jazra<sup>121</sup>, Afonso de Barros<sup>122</sup>, Carlos Borges Pires<sup>123</sup>, António Cortes Simões e Manuel Belo Moreira<sup>124</sup>, António Bica<sup>125</sup>, Alberto Costa e Joaquim Barros Mouro<sup>126</sup> e Pezarat Correia. A tendência geral deste número é a defesa da Reforma Agrária e o ataque à ofensiva que o processo estava a sofrer no momento<sup>127</sup>.

Grande parte das obras escritas neste período é da autoria dos ministros e secretários de estado da agricultura que participaram activamente no processo da Reforma Agrária<sup>128</sup>. Algumas foram escritas logo que estes abandonaram os seus cargos, o que se reflecte no discurso inflamado que a falta de distanciamento proporcionava. Estas obras serviram sobretudo para fundamentar as suas tomadas de posição e fazer ouvir os seus protestos contra as políticas seguidas pelos governos que os substituíram. Defendem a espontaneidade dos trabalhadores na ocupações de terras para vencer a constante hesitação do poder político e que os sucessivos governos “foram ultrapassados pelos acontecimentos. É uma Reforma Agrária essencialmente promovida e conduzida pelos trabalhadores rurais, enquadrados obviamente pelos sindicatos e por determinadas forças políticas”<sup>129</sup>. Já vimos os casos dos secretários de estado António Bica e Vítor Louro, assim como o do Ministro Lopes Cardoso, e dos artigos que escreveram para o número especial d’*O Jornal*. Os livros que publicaram no período

---

<sup>119</sup> Bernard Roux – “Le démantèlement...”, in Bernard Roux (dir.) – *op. cit.*, pp. 9-25.

<sup>120</sup> Armando Trigo de Abreu – “Mouvements sociaux et réforme agraire au Portugal. Problèmes théoriques et perspectives de recherche”, *ibidem*, pp. 75-84.

<sup>121</sup> Álvaro Bandarra e Nelly Jazra – “Les luttes sociales et la fonction des attributions collectives et individuelles de terres (1975-1980)”, *ibidem*, pp. 59-74.

<sup>122</sup> Afonso de Barros – “Le problème du sud au Portugal et la Réforme Agraire”, *ibidem*, pp. 115-131.

<sup>123</sup> Carlos Borges Pires – “Les résultats des coopératives de production agricole. Le cas de la fréguesie d’Albernoa”, *ibidem*, pp. 183-196.

<sup>124</sup> António Cortes Simões e Manuel Belo Moreira – “Six mois dans les Centres...”, *ibidem*, pp. 133-157.

<sup>125</sup> António Bica – “Problèmes de Commercialisation...”, *ibidem*, pp. 173-182.

<sup>126</sup> Alberto Costa e Joaquim Barros Mouro – “Les Lois de Réforme Agraire...”, *ibidem*, pp. 85-113.

<sup>127</sup> Por exemplo Pezarat Correia refere que a primeira medida tomada no período constitucional foi a volta dos militares às casernas, uma consequência das concessões às forças conservadoras. Simultaneamente o Conselho da Revolução assume um papel apenas formal e menos activo. A ofensiva contra a RA desenvolveu-se com a modificação do quadro legal e a aprovação da Lei Barreto, que constituiu um enorme recuo e provocou um desequilíbrio das estruturas fundiárias em favor da reconstituição do poder dos grandes agrários e da destruição do sector colectivo da produção, “Le Rôle de l’Armée...”, *op. cit.*, p. 36.

<sup>128</sup> Michael Baum notou que “Several of the key publications were written by active participants in the political revolution at the national level, with the presence of former ministers of agriculture especially prevalent”, *op. cit.*, p. 80.

<sup>129</sup> António Lopes Cardoso – *Luta pela Reforma Agrária*, Diabril, Lisboa, 1976, p. 129.

mantêm o mesmo discurso, a começar pelo *Agricultura e Reforma Agrária em Portugal 1974*, Editorial Inova, Porto, 1975<sup>130</sup>, *Uma certa maneira de cantar a Reforma Agrária*, Ed. Avante, Lisboa, 1977<sup>131</sup>, e *Luta pela Reforma Agrária*, Diabril, Lisboa, 1976<sup>132</sup>, respectivamente. Foi também o caso de Fernando Oliveira Baptista que escreveu em Fevereiro de 1977 o emblemático *Portugal 1975 – Os Campos*, publicado pelas Edições Afrontamento, Porto, 1978. Neste livro o antigo ministro responsável pela lei da Reforma Agrária analisa o que se passou nos campos de Portugal no período dos IV e V governos provisórios e pretende “apreender o movimento social” e afirmar “a debilidade do poder de Estado durante o período em análise”<sup>133</sup>. Oliveira Baptista tem aqui uma linguagem de combate característica da época e expõe todo o processo do ponto de vista da esquerda. Denuncia as “sabotagens”, a “ofensiva dos agrários” e as atitudes de “retracção e boicote”, “quer não cumprindo os contratos de trabalho, quer ainda através de formas de pressão política e de terrorismo”, assim como o “movimento de hipoteca de terras por parte dos agrários (e) um acentuado crescimento das dívidas dos agrários às empresas nacionalizadas”; e afirma a iniciativa dos trabalhadores e dos alugadores de máquinas nas primeiras ocupações de terras, com o apoio do Partido Comunista, “do sindicato, de elementos das Forças Armadas e dos técnicos progressistas dos Centros Regionais da Reforma Agrária (...) que se colocaram decididamente ao lado das classes trabalhadoras”<sup>134</sup>. Além da agressividade, fazia parte da tendência da época, consoante as qualidades literárias de cada autor, a introdução de algum lirismo, sobretudo quando se tratava de salientar os aspectos heróicos, épicos, das UCP:

“tudo começa! A luta pelo emprego, o assegurar do processo produtivo; o procurar de formas organizativas; o primeiro tactear na gestão; a luta pela sobrevivência da nova unidade de produção (...) um ano novo que começa, as sementeiras agora sem patrão nem capataz; o germinar do grão lançado à terra; o perpassar duma fraternidade renovada...”<sup>135</sup>.

---

<sup>130</sup> António Bica publicou também *A situação da agricultura em Portugal e a Reforma Agrária*, Cooperativa Agrícola de Lafões, Vouzela, s.d. e o já citado artigo na *Revue Tiers Monde*.

<sup>131</sup> Vítor Louro publicou também o artigo “A Natureza Cooperativa das UCP’s”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Fev. 1986, pp. 517-535.

<sup>132</sup> De António Lopes Cardoso ver também *A liberdade defende-se construindo o socialismo, o socialismo constrói-se defendendo a liberdade*, Fed. de Beja do Partido Socialista, Beja, 1976 e *A nova lei da Reforma Agrária*, Livros Horizonte, Lisboa, 1977.

<sup>133</sup> Oliveira Baptista – *Portugal 1975...*, pp. 5-6.

<sup>134</sup> “os trabalhadores, através das suas organizações sindicais e comissões de trabalhadores, emergiram decididamente na relação de forças que se estabelecia a nível regional e local, ocupando massivamente as grandes explorações (...) para alterar as relações de produção e de propriedade, lutando assim radicalmente contra a exploração e a opressão”, *ibidem*, pp. 11-13, 21, 24, 27.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 61. Só como exemplo do tipo de linguagem comum a todo este grupo ideológico: um panfleto da CRARA afirma que a Reforma Agrária em Portugal “caracteriza-se de maneira absolutamente original por ter sido orientada pelos trabalhadores agrícolas organizados nos seus Sindicatos (...) As leis que regulamentam a matéria da Reforma Agrária nasceram vários meses após a sua execução prática”, Manuela Gonçalves – *Uma Legalidade Revolucionária. Ocupações e*

Mais tarde, num artigo de 1986, Oliveira Baptista reafirma que foi o “proletariado agrícola que concretizou o movimento de ocupação de terra”<sup>136</sup>. Mas a sua linguagem foi ficando mais científica e não tão ideologicamente marcada nas obras que se seguiram. Depois da sua participação no Seminário promovido em Dezembro de 1979 por Afonso de Barros sobre *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, no qual apresentou um estudo intitulado “Economia do latifúndio – o caso português”, Oliveira Baptista escreveu importantes artigos de síntese para as revistas *Arquivo de Beja*<sup>137</sup>, *Economia e Socialismo*<sup>138</sup> e *Revista Crítica de Ciências Sociais*<sup>139</sup>. Em 1984 apresentou a sua tese de doutoramento no Instituto Superior de Agronomia, cujo tema central já não é a Reforma Agrária, mas sim os seus antecedentes históricos: *A Política Agrária do Estado Novo*, publicada em 1993. No mesmo ano publicou também *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural* e a partir de então dedicou-se a questões relacionadas com o estado actual da agricultura portuguesa e do espaço rural, com especial incidência nas populações que aí residem e na integração da agricultura portuguesa na PAC<sup>140</sup>. Participou ainda em obras colectivas importantes para as questões rurais e sobretudo etnográficas, como foi o caso do *Voo do arado* (que coordenou em parceria com Joaquim Pais de Brito) e, mais recentemente, no *Dicionário de História do Estado Novo*, dirigido por Fernando Rosas e Brandão de Brito, para o qual escreveu os artigos “Agricultura”, “Agrarismo / Ruralismo”, “Colonização Interna”, “Política Agrária” e “Sociedade Rural”.

Voltando ao radicalismo das obras do PREC, além do próprio ministro, a tese da iniciativa popular espontânea para a Reforma Agrária foi difundida por uma série de autores como por exemplo Bandarra e Jazra que atribuem a iniciativa da Reforma Agrária portuguesa à classe dos trabalhadores agrícolas, apoiados pelos sindicatos, pelos pequenos arrendatários e pelos alugadores de máquinas, seguidas de respostas institucionais e legislativas do poder político<sup>141</sup>. E também por A. de Vale Estrela<sup>142</sup>, Afonso de Barros<sup>143</sup>, Vítor Matias Ferreira...

---

*Expropriações*, Edição da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária (CRARA), série História da Reforma Agrária, s. l., 1976, p. 5.

<sup>136</sup> Oliveira Baptista – “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares...”, *op. cit.*, pp. 411-415.

<sup>137</sup> *Idem* – “O Alentejo – entre o latifúndio e a Reforma Agrária”, *op. cit.*

<sup>138</sup> *Idem* – “Reforma Agrária: distribuição de parcelas e a questão da terra”, *Economia e Socialismo*, nº 56, 1982, pp. 4-9.

<sup>139</sup> *Idem* – “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares...”, *op. cit.*

<sup>140</sup> *Idem* – “A agricultura e a questão da terra...”, *op. cit.*

<sup>141</sup> Álvaro Bandarra e Nelly Jazra – *A Estrutura Agrária...*, pp. 84, 92.

<sup>142</sup> “a concretização da reforma agrária em Portugal nasceu da acção de trabalhadores agrícolas com o apoio e a direcção dumas forças políticas e a oposição de outras (...) os serviços estatais foram sempre a reboque da realização da reforma agrária (...) a legislação da reforma agrária veio muito depois de desencadeado o processo”, Vale Estrela – *op. cit.*, p. 246.

“E os trabalhadores rurais? Eles que se mobilizaram para, revolucionariamente, *reconquistar* aquilo que ao longo dos séculos lhes foi sucessivamente espoliado...”<sup>144</sup>.

Este era, aliás, o discurso oficial do Partido Comunista Português, que se pode resumir nas palavras que Álvaro Cunhal proferiu no seu VIII congresso:

A Reforma Agrária é uma “Conquista da Revolução (...) é uma realização revolucionária de alcance histórico dos trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos, organizados nos seus sindicatos, tendo à frente o Partido Comunista Português – e contando com o apoio dos militares do 25 de Abril”<sup>145</sup>. Características dos trabalhadores do sul: proletariado, elevada consciência de classe, forte combatividade, sólida organização, larga e heróica experiência de luta. E continua com as características que se repetem em todas as *Conferências da Reforma Agrária*<sup>146</sup>: êxito que se traduz no aumento da área cultivada, aumento da produção, realização de trabalho numa perspectiva de desenvolvimento. Depois passa a enumerar os “perigos para a democracia” e a ofensiva contra a Reforma Agrária, que “encontrou oposição frontal e violenta dos agrários, dos partidos da direita e de todas as forças reaccionárias civis e militares” e que se traduziram em sabotagens, acções violentas, etc.<sup>147</sup>

Ainda em 2001 Jorge Crespo, no prefácio à obra de Paula Godinho sobre o Couço, volta a expor este mito da espontaneidade dos trabalhadores face à “visão tradicional” sobre o dirigismo das forças organizadas. Diz ele que temos esquecido

“a extrema complexidade do ser humano, alguém que não é conduzido, apenas, pelo lucro económico, mas igualmente, por outros interesses capazes de realizar, em cada situação, objectivos diferentes ou mesmo opostos no mundo dos possíveis, isto é, assumindo o risco da liberdade”<sup>148</sup>.

Contudo, já ficou bem claro nos capítulos anteriores o interesse material que moveu os ocupantes de terras e que foi afirmado por praticamente todos os autores que fizeram trabalho

---

<sup>143</sup> “o movimento social nos campos do Alentejo e Ribatejo desenvolveu-se, portanto, com acentuada autonomia e ampla espontaneidade (...) a iniciativa do avanço para a R. A. não partiu dos órgãos do poder político nem a direcção do processo alguma vez coube directa e claramente às instâncias governamentais. A transferência da posse da terra e dos meios de produção para os produtores directos resultou da própria dinâmica do movimento social nos campos do Sul”, Afonso de Barros – *A Reforma Agrária...*, p. 65.

<sup>144</sup> Vítor Matias Ferreira – *op. cit.*, p. 157. Este autor afirma que “as massas trabalhadoras aproveitaram a boleia” do golpe militar do 25 de Abril e descreve a ofensiva dos trabalhadores e a quase absoluta incapacidade de resposta do Estado. Depois das ocupações os trabalhadores deixaram de estar na dependência dos proprietários fundiários e do capitalismo agrário, e passaram a depender do próprio Estado, “ele sim, autêntico *super-patrão* dos proletários alentejanos”. Afirma ainda, surpreendentemente, que os sindicatos estiveram ausentes das primeiras ocupações de terras... E faz questão de afirmar que Álvaro Cunhal “em nenhum momento, implícita ou explicitamente, dá uma ‘palavra de ordem’ de apoio às ocupações”, *ibidem*, pp. 11, 33, 43, 49.

<sup>145</sup> Álvaro Cunhal – *A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*, Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Série Especial, Edições Avante, Lisboa, 1976, pp. 93-94. Ver as mesmas palavras na obra de Oliveira Baptista e citadas no capítulo 2 da 2ª parte.

<sup>146</sup> Ver por exemplo: *Proposta para o Desenvolvimento da Agricultura do Sul do Ribatejo e do Alentejo*, 12ª Conferência da Reforma Agrária, Évora, 30/9 a 1/10/1989.

<sup>147</sup> Objectivos da ofensiva contra a RA: 1º recuperação das terras pelos agrários; 2º desagregação e desintegração das UCP; 3º estrangulamento das cooperativas e das Unidades Colectivas de Produção por escassez e recusa de meios financeiros indispensáveis; 4º impedir o seu prosseguimento, mesmo na área marcada, e não permitir o alargamento a novas regiões; 5º desviar a Reforma Agrária para uma perspectiva capitalista, Álvaro Cunhal – *op. cit.*, pp. 100, 234-240.

<sup>148</sup> Jorge Crespo – “Prefácio”, Paula Godinho – *op. cit.*, p. ix.

de campo e lidaram directamente com os intervenientes no processo. A própria Nancy Bermeo, que afirmou que as ocupações de terras tiveram origem na iniciativa popular e que foram uma revolta defensiva, por parte dos trabalhadores que se sentiam ameaçados, quando perguntou aos trabalhadores porque participaram nas ocupações, percebeu que “100 percent of the permanent salaried workers gave responses that were wholly materialistic, having to do with money, rather than ideals”<sup>149</sup>.

Parte do mesmo movimento ideológico, Michel Drain também desenvolveu este tipo de discurso para provar a espontaneidade dos trabalhadores, mas acentuando a consciência política do grupo e a necessidade de melhores salários e de garantia de emprego: para ele a Reforma Agrária

“fut l’oeuvre du prolétariat rural d’Alentejo. Malgré une diminution numérique dans des années précédentes, cette classe sociale fit preuve d’une conscience politique que lui permit d’imposer ses revendications pour de meilleurs salaires et la garantie de l’emploi et de mener à bien l’occupation des terres”<sup>150</sup>.

Mas em 1995 o seu discurso mudou e o autor passou a dizer que a iniciativa partiu das organizações políticas por detrás dos trabalhadores e que foi o governo de extrema-esquerda que subiu ao poder em Março de 1975 que deu corpo à Reforma Agrária<sup>151</sup>. Assim como Michael Baum, que retomou o trabalho de Nancy Bermeo no concelho de Portel, apurou na sua tese em 1997:

“Based upon my field reserch and extensive period of residence in the local community, I argue that, on the one hand, the land reform clearly grew out of the seasonal laborers’ historic aspirations for a steady job and a living wage. On the other hand, as Bermeo and others have said elsewhere, unique factors associated with the particular constellation of political forces at the time played a critical role in the farmworkers’ decision to occupy estates; and they did receive logistical help from organized political forces from within and outside the region”<sup>152</sup>.

Tanto Nancy Bermeo como Michel Drain estavam inseridos numa corrente de estrangeiros que vieram para Portugal entusiasmados com a revolução dos cravos e completamente influenciados pelas descrições negativas que eram divulgadas sobre a agricultura portuguesa, e para as quais contribuíam os próprios portugueses emigrados há vários anos. Formaram-se mesmo organizações com o objectivo de divulgar a situação

---

<sup>149</sup> Nancy Bermeo – *op. cit.*, pp. 4, 91, 219.

<sup>150</sup> Michel Drain – “Le latifundium en Espagne et au Portugal. Réflexions en vue d’une étude comparée”, in Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*, p. 451.

<sup>151</sup> “Em nome da defesa dos instrumentos de trabalho ou da obrigação de explorar as terras, algumas forças políticas, mais ainda que os trabalhadores agrícolas, apelaram à ocupação das terras no início de 1975”, *idem* – *A Economia de Portugal...*, p. 93.

política, económica e social portuguesa no estrangeiro, como foi o caso da *Tulipa Vermelha*, fundada em 1971 na Holanda e que em 1977 se constituiu como fundação e passou a enviar fundos para “ajudar a reforma agrária portuguesa”<sup>153</sup>. Em 1980 publicou *Avante com a Reforma Agrária. Reforma Agrária em Portugal*, onde despejou todo o discurso oficial do PCP, acrescentando o problema que afectava as cooperativas no momento: os “ataques movidos pelo governo” à Reforma Agrária e as desocupações.

“Mais de 200.000 ha foram arrancados às UCP’s e Cooperativas, tendo sido suprimidas umas quarenta de entre estas. Perderam-se 15.000 postos de trabalho. Milhares de cabeças de gado e máquinas, compradas pelas Cooperativas ou recebidas dos movimentos de solidariedade europeus, passaram para as mãos dos grandes proprietários (...) Com o apoio da GNR é roubada terra, geralmente de maneira violenta”<sup>154</sup>.

Muitas das informações divulgadas no estrangeiro punham a agricultura portuguesa anterior a 1975 num estágio de evolução da época dos romanos<sup>155</sup> ...

“a revolução portuguesa suscitou um imenso interesse em todo o mundo – não só devido às implicações geopolíticas que acarretava, como também pelas perturbações que provocou no interior do país. O conjunto dos grandes meios de comunicação internacionais consagrou então um lugar importante a Portugal, pondo em relevo todos os aspectos da dinâmica do movimento revolucionário e insistindo na profundidade e no alcance da obra dos diferentes governos revolucionários que surgiram após a revolução dos cravos. Era a época em que os repórteres importantes faziam quase obrigatoriamente escala em Lisboa (...) Neste final dos anos 70 era ‘chique’ visitar o Alentejo. Unidades colectivas de produção (UCP), como por exemplo a UCP Primeiro de Maio em Aviz, tal como algumas explorações colectivas nos países de Leste, tornaram-se salas de visita, uma espécie de laboratórios...”<sup>156</sup>.

Alguns destes jornalistas e estudantes participaram activamente na Reforma Agrária e chegaram mesmo a trabalhar nas recém-formadas cooperativas, como foi o caso de Jochen Bustorff que passou um ano na cooperativa *Estrela Vermelha*, a sul de Santiago do Cacém, e depois publicou um *Diário no Alentejo*<sup>157</sup>. Mas se este autor conseguiu compreender que a cooperativa não funcionava muito bem, para a grande maioria destes visitantes a Reforma Agrária era um mar de rosas. E na volta para os seus países arrogaram-se o direito de escrever sobre a agricultura portuguesa, defendendo teses actualmente desactualizadas, porém pejudas

---

<sup>152</sup> Michael Baum – *op. cit.*, p. 47.

<sup>153</sup> Entrevista a José Soeiro em Beja, 20/11/1998.

<sup>154</sup> *Avante com a Reforma Agrária. Reforma Agrária em Portugal*, Tulipa Vermelha, Amsterdão, 1980, pp. 22, 26, 73.

<sup>155</sup> “Na Grã-Bretanha consideram-se gritantes e escandalosas as carências da agricultura alentejana. Repete-se constantemente que ‘as terras são ricas e os homens pobres’. A responsabilidade caberia, na totalidade, aos grandes proprietários, de quem se traça um retrato pouco afável, causadores de todos os males devido à sua passividade...”, Olivier Balabanian – *Problemas Agrícolas...*, p. 241.

<sup>156</sup> *Idem* e Guy Bouet – *op. cit.*, pp. 15-16.

<sup>157</sup> Jochen Bustorff – *op. cit.*

dos *clichés* da época. Alguns disseram completos disparates, como foi o caso de Martin Kayman:

“In the *semi-feudal and desperately poor* Alentejo, with thorough reform still only a promise, it was inevitable that the local population should act on its own behalf. As the summer harvest approached, with the *winter battles* fresh in their memories, and *literally driven by hunger*, they could not wait on government regulations, and continued wildcat occupations, in spite of *the protests of the PCP* and the expressed reservations of the COPCON (...) More than anywhere else, it was in the area of the agrarian reform that genuine popular collectivisation occurred”<sup>158</sup>.

Foi também o caso de Francis Pisani, que escreveu sobre a cooperativa *Torre Bela*<sup>159</sup>; de Phil Mailer que visitou a cooperativa de Casebres e descreveu a sua vida quotidiana como uma exemplo do sucesso da Reforma Agrária<sup>160</sup>; ou de Jacques Frémontier, que, depois de ter estudado os operários da *Renault*, também vibrou com os “operários” alentejanos, apresentando-os de forma quase poética:

“Foram estes homens que partiram, nas lindas noites da Primavera, ao assalto das terras e que impuseram pela força, à revolução portuguesa, a reforma agrária mais rápida e mais radical que a Europa alguma vez conheceu (...) sem esperar pela luz verde do governo, sem se preocuparem mais tempo com um projecto de lei que se fazia esperar, puseram-se em marcha aos milhares e implantaram a bandeira vermelha nos grandes domínios”<sup>161</sup>.

Entre os autores portugueses também encontramos o mesmo discurso que remete à teoria do subaproveitamento e exalta a acção dos trabalhadores, como já vimos no trabalho de Gabriel Cunha e Raul Marques – *A UCP 1º de Maio (Uma opção agrícola que urge preservar!)*, e também podemos ler nas obras de António Modesto Navarro – *Das árvores mortas à Reforma Agrária. Reportagem* e Antunes da Silva – *Terras velhas semeadas de novo: uma realidade portuguesa*, ambas publicadas em 1976. E também no livro de Pereira Bastos *As Cooperativas depois de Abril – Uma força dos trabalhadores*, de 1977.

Depois destas tão belas imagens, outra coisa não seria de esperar senão uma tristeza profunda pelo descambar de todo o processo. É o que se lê nos artigos de Michael Vester e de Daniel Nataf e Elizabeth Sammis, todos eles influenciados pela apologia da Reforma Agrária portuguesa, feita pelos autores acima nomeados. Ainda em 1986 Michael Vester acreditava na

---

<sup>158</sup> Itálico meu. Conclui com a descrição da “contra-revolução” realizada pelo vilões Mário Soares e António Barreto em 1977 por causa do ataque dos poderes imperialistas que queriam controlar Portugal através do FMI..., Martin Kayman – *Revolution and Counter-Revolution in Portugal*, Merlin Press, London, 1987, pp. 132-133.

<sup>159</sup> Francis Pisani – *op. cit.* Ver também *Torre Bela, duma tapada real a uma cooperativa agrícola e popular, ou o fim do feudalismo em Portugal: a comemorar o 23 de Abril 75 tornado possível pelo 25 de Abril 74*, e. a., Torre Bela, 1976.

<sup>160</sup> Phil Mailer – *op. cit.*, p. 287.

<sup>161</sup> Jacques Frémontier – *op. cit.*, pp. 178-180.

utopia que o objectivo central das cooperativas era proporcionar trabalho e que o seu desenvolvimento fora determinado pela “economia moral, historicamente transmitida pela cultura e a economia de subsistência das aldeias”, na qual “o princípio económico seguido não foi o da maximização do capital, mas sim uma economia do trabalho”, cujo princípio era a “criação de muitos postos de trabalho garantidos e uma organização interna democrática”, apesar de reconhecer que o PCP contribuiu para a construção do mito da Reforma Agrária como uma “organização espontânea, perfeita e sem problemas a partir das bases, orientada por técnicos experientes, e controlada por uma opinião pública democrática perfeita”, na qual “os trabalhadores e trabalhadoras do campo ter-se-iam mostrado sempre desinteressados, solidários, laboriosos, inteligentes e optimistas, e sobretudo entre as mulheres, ter-se-ia assistido a uma forte emancipação cultural”. E lamentava-se que em Portugal em 1975 “uma revolução puramente proletária não estava em condições de alcançar a maioria”, o que levou ao “autobloqueamento da revolução”, e “facilitou a vitória das forças restauracionistas em 25 de Novembro de 1975, desperdiçando-se a oportunidade histórica de um revolução social pluralista de esquerda...”<sup>162</sup>. Também Nataf e Sammis mostram a mesma desilusão ao verificarem que os “ganhos revolucionários não foram aprofundados com a consolidação da democracia parlamentar em 1976” e que o Portugal pós-revolucionário permitiu a restauração capitalista...<sup>163</sup>.

Mas os protestos contra o fim da revolução não se limitam ao 25 de Novembro. Para Bandarra e Jazra o bloqueio à Reforma Agrária começou ainda antes, com a própria Lei Oliveira Baptista, que institucionalizou o processo e acabou com a “espontaneidade”<sup>164</sup>.

Todas estas teorias e tomadas de posição política foram desenvolvidas, confrontadas e debatidas no já referido seminário promovido por Afonso de Barros. Depois de ter escrito uma pequena obra panfletária em 1975, *Avante pela Assembleia Popular*, e de ter publicado uma das obras fundamentais sobre a Reforma Agrária portuguesa, *A Reforma Agrária em Portugal. Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*, rica em apresentação de dados e análise, este jovem agrónomo reuniu na Fundação Calouste Gulbenkian em Dezembro de 1979 os maiores especialistas sobre o tema. O resultado foi publicado no ano seguinte e a maioria das comunicações incide sobre a caracterização

---

<sup>162</sup> Michael Vester – *op. cit.*, pp. 484, 487, 515.

<sup>163</sup> Daniel Nataf e Elizabeth Sammis – “Classes, Hegemony, and Portuguese Democratization”, in Ronald H. Chilcote *et. all.* – *op. cit.*, p. 73.

<sup>164</sup> Álvaro Bandarra e Nelly Jazra – *op. cit.*, p. 104.

histórica do latifúndio português e espanhol, como foi o caso dos artigos de Henrique de Barros<sup>165</sup>; Fernando Oliveira Baptista; Michel Drain<sup>166</sup>; Juan Muñoz, Angel Serrano e Santiago Roldán<sup>167</sup>; José Manuel Naredo<sup>168</sup>; Pacheco Pereira<sup>169</sup>; Mário Pereira<sup>170</sup>; Ignácio Vázquez Parladé<sup>171</sup>; Jaime Reis<sup>172</sup>; Bernard Roux<sup>173</sup>; Eduardo Sevilla-Guzmán<sup>174</sup>; Carlos da Silva<sup>175</sup>; e Sumpsi Viñas<sup>176</sup>; mas também descrevem as reformas agrárias em Espanha e Portugal e a criação e funcionamento das cooperativas agrícolas<sup>177</sup>. Em geral estes autores defenderam a realização da Reforma Agrária portuguesa, apesar de se terem questionado sobre a pertinência da “transferência da posse da terra de um indivíduo para uma entidade colectiva”, ao que Mário Pereira respondeu que ainda era cedo para se fazer essa avaliação. Este autor afirmou que no campo das relações sociais a experiência foi positiva, porém a gestão das UCP era “um dos pontos fracos do sistema” e o excessivo peso da população activa na agricultura era também algo a ser corrigido<sup>178</sup>. Também Afonso de Barros admitiu que o modelo organizativo adoptado pelas NUP foi condicionado por pressupostos políticos e ideológicos e, apesar de ter advogado o ajustamento das actividades agrícolas às “disponibilidades da força de trabalho existente, por forma a garantir o efectivo emprego desta”, argumentou que uma vez que as potencialidades ecológicas não eram suficientes para empregar toda a comunidade, então era necessário “articular a agricultura com outras actividades”<sup>179</sup>.

---

<sup>165</sup> Henrique de Barros – “O Latifúndio: tentativa de caracterização económica”, in Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*, pp. 15-27.

<sup>166</sup> Michel Drain – “Latifundium et transformation des structures sociales agraires” e “Le latifundium en Espagne et au Portugal...”, *ibidem*, pp. 237-243; 439-454.

<sup>167</sup> Juan Muñoz, Angel Serrano, Santiago Roldan – “La estructura de la propiedad de la tierra...”, *ibidem*, pp. 187-197.

<sup>168</sup> José Manuel Naredo – “Algunas precisiones sobre la noción de ‘latifundio’ y el devenir de la agricultura ‘latifundiaria’”, *ibidem*, pp. 427-438.

<sup>169</sup> Pacheco Pereira – “Atitudes do trabalhador...”, *ibidem*, pp. 163-186.

<sup>170</sup> Mário Pereira – “Algunas reflexões sobre a transformação económica da estrutura latifundiária”, *ibidem*, pp. 373 – 382.

<sup>171</sup> Ignácio Vázquez Parladé – “Algunas consideraciones sobre el capitalismo agrario en las regiones del latifundio”, *ibidem*, pp. 275-285.

<sup>172</sup> Jaime Reis – “A ‘Lei da Fome’...”, *ibidem*, pp. 97-161.

<sup>173</sup> Bernard Roux – “L’evolution de l’agriculture latifundiaria dans le système capitaliste...”, *ibidem*, pp. 245-273.

<sup>174</sup> Eduardo Sevilla-Guzmán – “Reflexiones teoricas sobre el concepto sociologico de latifundismo”, *ibidem*, pp. 29-45.

<sup>175</sup> Carlos da Silva – “Acerca da génese das relações de produção características do latifúndio em Portugal”, *ibidem*, pp. 47-96.

<sup>176</sup> José Maria Sumpsi Viñas – “Evolución tecnológica y racionalidad económica en las grandes explotaciones de la campiña andaluza”, *ibidem*, pp. 303-340.

<sup>177</sup> Afonso de Barros – “As Novas Unidades de Produção...”, *ibidem*, pp. 383-406; Edward Malefakis – “Two Iberian land reforms...”, *ibidem*, pp. 455-486; Carlos Borges Pires – “Gestão dos recursos naturais e consumo energético numa cooperativa de produção agrícola”, *ibidem*, pp. 417-426 e Armando Trigo de Abreu – “Para a definição do conceito de bem expropriável...”, *ibidem*, pp. 407-416.

<sup>178</sup> Além disso, “algumas unidades colectivas suportam excessivo peso de mão-de-obra, o que logicamente as impede de alcançar mais elevada produtividade do trabalho”, Mário Pereira – *op. cit.*, pp. 380-382.

<sup>179</sup> Afonso de Barros – *op. cit.*, pp. 402-405. Depois disto o autor publicou ainda *Doutrina Cooperativa e Princípios Cooperativos*, Instituto Gulbenkian de Ciência, CEEA, Oeiras, 1980; “Le problème du sud...”, in Bernard Roux (dir.) – *op. cit.*; “Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa”, *Análise Social*, vol. XIX (75), 1983, pp. 57-78

Mesmo que alguns autores tivessem demonstrado a lucidez de verificar algumas falhas no novo sistema agrário imposto com a Reforma Agrária, a linguagem de todo este seminário foi claramente apologética e defensiva, com as habituais condenações aos “agrários”, “sabotadores” e à agricultura por eles praticada,

“pouco evoluída, técnica, económica e socialmente condenável (...) Constitui uma reminiscência de uma agricultura de quase recolecção (...) Muito esforço haverá ainda a produzir para que o antigo ‘facies’ latifundiário venha a ser uma reminiscência do passado, instrumento de crítica económica e social e símbolo histórico de incapacidade, comodismo ou desinteresse”<sup>180</sup>.

As posições tomadas por estes autores foram violentamente contestadas pelos defensores da agricultura tradicional alentejana, como foi o caso de Pequito Rebelo, que já com 90 anos ainda escreveu «*Lenda Negra*» desmentida por seus próprios sequazes. «*O abominável Latifúndio*» (*Crítica de um Seminário Internacional na Gulbenkian*). Desmontando a argumentação de cada um dos intervenientes, o autor remeteu a Pacheco Pereira para afirmar que o trabalhar alentejano deseja emprego, contestando assim o mito da *fome da terra*, cuja responsabilidade, segundo ele, cabia ao PCP, “que inventou muito do vocabulário e das ideias correntes sobre a situação alentejana, tendo tido papel decisivo na popularização da ideia de que os trabalhadores rurais desejavam a repartição das terras”. Afirmou ainda que a Reforma Agrária subverteu e destruiu uma parte importante da substância agrícola nacional e que o seminário tinha posto em evidência o facto de que “o latifúndio não tem realidade objectiva, não passa de um mito tendencioso cujo conteúdo se esgota na sua finalidade de mistificação económica e política”<sup>181</sup>.

Se este foi um dos mais moderados entre os livros escritos por Pequito Rebelo, os que lhe antecederam primam pela agressividade, sobretudo no ataque à Lei Oliveira Baptista. Ele próprio um latifundiário que teve as suas herdades ocupadas e se viu envolvido em episódios de resistência (como o já referido das Vacas de Cujancas), apesar da sua avançada idade, em concordância com a sua longa lista de publicações de protesto publicou logo em 1975, em edição de autor, no Porto, o livro *Boas e Más Reformas Agrárias. O Decreto-Lei 406-A/75 (Subsídios para a sua Revogação)*, seguido de mais cinco volumes da mesma série até 1979 com os subtítulos *Pseudo-Reforma de uma Pseudo-Reforma (O Projecto Lopes Cardoso)*; *O*

---

(em colaboração com Fernando Ribeiro Mendes); a já citada tese de doutoramento sobre Albernoa e organizou a obra *Eucalipto. Economia e Território*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Edições Cosmos, Lisboa, 1994.

<sup>180</sup> Mário Pereira – *op. cit.*, pp. 374, 382.

<sup>181</sup> José Pequito Rebelo – «*Lenda Negra*»..., pp. 3, 10.

*Processo destrutivo em curso, da Pseudo-Reforma Agrária (Decreto-Lei 406); O fiasco ideológico do Sr. Cunhal. O problema da Constituição; A terceira falsa Reforma Agrária. O projecto Barreto (pior a emenda que o soneto...); Contra o direito e contra os factos a invasão soviética em Portugal luta desesperadamente pela sobrevivência.* Nada lhe escapava nas suas alegações contra as sucessivas leis da Reforma Agrária, sobretudo na acusação contra a inconstitucionalidade das mesmas. No caso da Lei Oliveira Baptista (que despoletou um “processo de provocar nas massas a erupção do instinto de posse imediata, da mera apreensão, da pilhagem”<sup>182</sup>) o argumento era o facto desta não ter sido discutida na Assembleia Constituinte, logo tinha sido o fruto de uma ditadura, ofendia o direito de propriedade e alterava a estrutura orgânica do país. Chama-lhe “monumento de ódio”, assim como Gonçalo Ribeiro Teles a classificou de “monstruosidade jurídica” e inconstitucional, “não só injusta como ignóbil”, onde se consagraram os “famigerados 50.000 pontos”<sup>183</sup>. José Hipólito Raposo, sobrinho do primeiro, completou a afirmação da inconstitucionalidade da lei alegando que esta contrariava o Programa do MFA que não admitia reformas de fundo antes de uma assembleia eleita<sup>184</sup>. Também no livro da CAP está reproduzido um *Parecer jurídico sobre a inconstitucionalidade dos decretos-lei da Reforma Agrária*, que esta organização entregou na Presidência da República em Outubro de 1976, “antes de desafiar Lopes Cardoso e os Sindicatos Agrícolas para um debate público na Televisão”<sup>185</sup>.

Por outro lado Vacas de Carvalho alegou directamente a ilegalidade das ocupações e exigiu o cumprimento dessa mesma lei, argumentando que o Decreto-Lei nº 406-A/75 não estava a ser cumprido, ao ser negado à sua família o direito de reserva<sup>186</sup>. Podem ver-se aqui as principais preocupações dos autores de direita neste período. Como seria de esperar, com a Lei Barreto passou-se o mesmo, mas na corrente oposta. Além de toda a imprensa e bibliografia variada, algumas personalidades directamente envolvidas no processo escreveram sobre a “inconstitucionalidade” da lei, a começar pelo próprio Oliveira Baptista<sup>187</sup>.

---

<sup>182</sup> *Idem – Boas e Más Reformas Agrárias. O Decreto-Lei 406-A/75 (Subsídios para a sua Revogação)*, e. a., Porto, 1975, p. 12.

<sup>183</sup> Gonçalo Ribeiro Teles – *op. cit.*, pp. 52, 74-75.

<sup>184</sup> José Hipólito Raposo – *op. cit.*, p. 333.

<sup>185</sup> CAP. *Recortes...*, pp. 162-164.

<sup>186</sup> “Esta invasão foi inesperada e inútil sob todos os aspectos (...) Segundo este Decreto-Lei (nº 406-A/75), esta propriedade será expropriada, sendo neste caso garantido ao proprietário o direito de reservar a posse de uma área de terra cuja dimensão é definida, uma vez que está devidamente explorada, que o dono cultivava directamente e retira exclusivamente desta exploração agrícola os seus meios de subsistência e da sua família”, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 33-34.

<sup>187</sup> Oliveira Baptista – “Lei 77/77...”, *op. cit.* Ou nas palavras de Álvaro Cunhal, quando escreve que a ofensiva contra a Reforma Agrária “teve a caracterizá-la, do início ao fim, a violação da legalidade, a ilegalidade assumida como instrumento

A nível internacional corrente de direita viu a sua perspectiva defendida na já citada tese de Olivier Balabanian, a qual Armando Trigo de Abreu critica, junto com a de Kenneth Maxwell, alegando a sua insuficiência teórica e o facto de se enquadrarem no modelo da conspiração<sup>188</sup>. Sem dúvida que a teoria da influência estrangeira na Reforma Agrária<sup>189</sup> e da conspiração soviética para espalhar o comunismo em Portugal através do Alentejo está presente em todos os autores de direita que escreveram neste período e continua presente nas entrevistas aos actores dos acontecimentos. Michael Vester resume-a do seguinte modo:

Segundo a “perspectiva da classe política e da inteligência metropolitana (...) os comunistas teriam implantado o modelo soviético dos kolkoses. A partir daí tudo se desenrolaria de forma totalitária e antidemocrática prevalecendo, além disso, uma má administração...”, o que levou a reforma agrária à bancarrota<sup>190</sup>.

“Dr. José de Carvalho – Eram de Campo Maior. Eram funcionários do Estado que faziam parte do Comité da RA que era dirigido pelo tal Dr. Pedro Hespanha de Coimbra, que era comunista, Prof. da Faculdade de Economia. Ele era um pau-mandado do PCP. Eles eram colocados nos pontos-chave com uma missão: destruir a economia nacional”.

“Prof. Rosado Fernandes – Não se pode descurar a influência do Brejnev da RA portuguesa. Não foi por acaso que ele mandou cá para Portugal o general de divisão que era o Kalinine como embaixador. Estavam cá todos os serviços secretos do bloco comunista, estava a STASI (da Alemanha de Leste), estava a KGB, que naturalmente protegiam uma série de revolucionários que andavam a agitar o país inteiro.

– Especificamente no Alentejo?

Prof. Rosado Fernandes – O Alentejo é a zona mais facilmente ocupável, ou pela direita ou pela esquerda. Porque é uma zona de escassa população. A política de Brejnev destabilizou certas zonas do globo. Foi uma época muito complicada. Depois abrandou. O próprio Kalinine já estava decadente quando cá chegou, como também a Inquisição já estava acabada quando cá chegou. Já ninguém queria saber da Inquisição quando Portugal a adoptou com grande fúria. Porque nós em geral recebemos os movimentos quando eles estão já mais fracos nos outros sítios mais avançados. *Decalage* de 50 anos, agora talvez menos.

– A KGB influenciou directamente no início do processo de ocupações?

Prof. Rosado Fernandes – Mas com certeza.

– É uma iniciativa claramente do PCP?

Prof. Rosado Fernandes – Não, não, do PCP juntamente com a extrema esquerda do exército, e com células das Forças Armadas”.

---

da ofensiva. Com leis inconstitucionais, como o ‘Lei Barreto’ (Lei 77/77) e a ‘Lei da Cortiça’ (Decreto-Lei 260/77)...”, *A Verdade e a Mentira...*, pp. 280-281.

<sup>188</sup> Armando Trigo de Abreu – “Mouvements sociaux...”, *op. cit.*, pp. 83-84.

<sup>189</sup> Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 17. O autor acentua este ponto ao escrever em 30/11/1975 sobre uns supostos documentos de trabalho dos IV e V Governos provisórios, alegadamente escritos em folhas brancas, sem timbre, e inspiradas num “documento de origem estrangeira sobre Reforma Agrária, traduzido para português (...) e que serviu de base ao processo que foi efectivamente seguido no sul”, *ibidem*, p. 67.

<sup>190</sup> No seguimento da sua teoria da iniciativa popular, este autor contesta a tese da criação da Reforma Agrária “a partir de cima, a partir da esfera do poder político. Alguns consideram-na mesmo como o resultado de directrizes vindas de cima, quem sabe se até de Moscovo”, Michael Vester – *op. cit.*, pp. 486-487.

De facto esta foi a principal tese defendida no período, e que Oliveira Baptista explicou pelo facto dos autores de direita, geralmente também grandes proprietários de terras no Alentejo, não aceitarem a possibilidade de uma luta de classes nos campos. Ao traçarem um quadro onde toda a perturbação veio do exterior,

“este lote de defensores do latifúndio e do grande capitalismo (...) *inocentam* os trabalhadores pois, de facto, não o fazer corresponderia a admitir um confronto social”<sup>191</sup>.

Esta teoria foi exposta até no parlamento, onde o deputado Rui Biscaia do CDS afirmou que não eram só os deputados da Assembleia, “os privilegiados da classe política”, os responsáveis pelo que estava a acontecer:

“não é ainda aqui nesta classe que está a central da intoxicação. Ela está ainda noutra sector. Está longe, talvez no estrangeiro, de certeza no estrangeiro”<sup>192</sup>.

“os Conselhos Regionais de Reforma Agrária eram controlados pelo Kremlin, através do funcionário Álvaro Barreirinhas Cunhal (...) Benavila: foi este pequeno lugarejo transtagano mais um campo de ensaio dos métodos de Moscovo...”<sup>193</sup>.

João Garin usou expressões como “cabala moscovita”, e disse que Vasco Gonçalves era “um homem de Praga”. E para fundamentar isto tudo afirmou que o PCP tinha desencadeado “acções terroristas”:

“O propósito de Cunhal é o de fomentar o caos económico, político e financeiro (...) para servir com fidelidade as directivas impostas pelo leste de enfraquecimento das democracias europeias”<sup>194</sup>.

Manuel Branco, um comando, ao escrever sobre o PREC, afirmou que o país “chegou a estar em vias de ‘descambar’ num regime opressor e totalitário, de cariz oposto ao que existia em 24 de Abril de 1974”<sup>195</sup>. Estes eram os medos da direita em Portugal, que foram potenciados pelas acções do PCP no Alentejo e que não deixavam de ser aumentados por estes autores. Ainda em 1989 José Adelino Maltez publicou um livro intitulado *A estratégia do PCP na Reforma Agrária (1974-1976): Relatório Síntese*, no qual defende que o Alentejo

---

<sup>191</sup> Oliveira Baptista – “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares...”, *op. cit.*, pp. 411-415.

<sup>192</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 71, 27/5/1981, p. 2757.

<sup>193</sup> Jorge Morais escreve sobre instigações dos “moscovitas” e cita um jornal francês, o *Le Soir*, que aparentemente publicou uma notícia sobre o envio de 50 milhões de dólares por parte da “agência de navegação soviéto-belga Transworld Marine Agency” ao PCP através de um cidadão soviético residente em Lisboa. Afirma ainda que em 12/9/1975 “o secretário-geral da N.A.T.O., Joseph Luns, confirmou em Washington o envio de ‘fundos destinados ao Partido Comunista Português e a *conselheiros* apresentados em Portugal como diplomatas”. Refere ainda a existência de uma “Brigada Brejnev”, que actuava nas manifestações em Beja, *op. cit.*, pp. 18-20, 26, 106.

<sup>194</sup> Acrescentou ainda que a ocupação da herdade *Torre Bela*, dos Duques de Lafões, se fez com a ajuda de revolucionários da América do Sul: “A Torre Bela, pela sua posição estratégica, foi escolhida para quartel-general de guerrilheiros comunistas armados, prontos a intervir em acções de guerrilha urbana em Lisboa”, João Garin – *op. cit.*, pp. 21, 41, 87, 483.

<sup>195</sup> Manuel Branco – *Os “comandos” no eixo da revolução. Crise permanente do PREC*, Ed. Abril, Lisboa, 1977, p. 13.

“serviu de laboratório para uma espécie de *remake* do leninismo...” e que o PCP se implantou no terreno “utilizando a violência do latrocínio...”<sup>196</sup>. Outro exemplo da linguagem utilizada é a expressão *Terra queimada*<sup>197</sup>, que se usava para referir a política aplicada pelo PCP ao Alentejo, região também chamada o “feudo” de Cunhal<sup>198</sup>.

Jorge Morais salientou as “herdades saqueadas pelos ocupantes, trabalhadores honestos atirados para a valeta, agricultores competentes, com provas dadas através de anos e anos de incompenso labor, vilipendiados, muitas vezes por quem com eles trabalhou, lado a lado, uma terra amarga”. E para suportar a tese da iniciativa do PCP, chega a concordar que a situação do Baixo Alentejo era muito difícil para os trabalhadores:

“Largos anos de exploração desenfreada e desumana tinham facilitado o trabalho do P.C.P., que de uma forma magistral se aproveitara dos naturais sentimentos de revolta da massa de assalariados”<sup>199</sup>.

Em geral estes autores defendiam o regime democrático, alegando que os governos provisórios não o eram e que o PCP defendia um regime totalitário. Nenhum deles assumiu uma posição de defesa do regime anterior, pelo contrário: contestavam também as políticas de Salazar e a organização corporativa da lavoura, consideravam as Campanhas do Trigo um desastre e afirmavam que nos anos 60 a política dos preços baixos do trigo tinha a intenção de enfraquecer os agricultores do Sul.

Do ponto de vista científico, na área da teoria política, Manuel de Lucena foi um dos autores que assumiu uma posição de maior credibilidade, tanto pela linguagem mais moderada, como pela fundamentação teórica das suas afirmações. Não deixou, no entanto, de expressar as mesmas posições dos autores de direita: referindo-se ao Decreto-Lei nº 203-C/75 e à legislação emitida pelo 4º Governo Provisório, escreveu que

“Fruto do 11 de Março, e portanto decretadas a quente, as nacionalizações e a reforma agrária constituíram, todavia, um golpe frio, militar e burocrático, muito mais do que uma conquista das próprias classes trabalhadoras”. E continua a afirmar “que os consciente (e nem sempre coerentes) modelos do activismo dominante não só emanavam de minorias – o que é normal –, como escapavam decididamente ao entendimento dos comuns; que o debate não só não era exaustivo, como nem sequer abundante e muito menos sincero (antes sonegava informações capitais sobre a economia portuguesa...)”. Depois insiste que houve uma “frequência, já de si alarmante, das instrumentalizações pontuais; e (uma) notória falta de autonomia das classes trabalhadoras no terreno decisivo dos programas e dos desígnios estratégicos globais”.

---

<sup>196</sup> José Adelino Maltez – *op. cit.*, p. 3.

<sup>197</sup> *Jornal do Agricultor*, 29/3/1977, p. 1.

<sup>198</sup> “Cunhal quer ‘impedir a desagregação’ do feudo que criou”, *CAP. Recortes...*, p. 161.

<sup>199</sup> Jorge Morais – *op. cit.*, pp. 17, 49.

Conclui que “em 1975, as ocupações de terras obedeceram por de mais, ao serem decididas, a incitações externas (militares, sindicais e partidárias) – ou desses apoios dependeram na execução”<sup>200</sup>.

O mesmo se pode dizer de José Cutileiro, cuja descrição de *Uma Sociedade Rural Portuguesa* tem um valor inquestionável. Após concluir a sua tese em 1971 com a afirmação da impossibilidade de qualquer tipo de mudança na sociedade alentejana devido ao sistema político vigente, mas também por causa do sistema de valores típico das sociedades mediterrânicas, no qual o indivíduo poucas obrigações tem “para além do círculo fechado dos seus parentes e amigos”<sup>201</sup>, o autor escreveu um *Posfácio* em 1977 onde critica abertamente a Reforma Agrária em curso, a forma como foi efectuada, os grupos sociais que prejudicou e as deficiências das cooperativas agrícolas. Para ele

“A reforma agrária, tal como correu até agora, não foi uma conquista, mas uma outorga, enxertada sobre uma população para ela aliciada à pressa, que não tinha experiência política nem sindical e que seguiu as *consignes* de um poder que lhe era exterior”. Quanto aos que afirmam que no Alentejo se deu uma verdadeira revolução popular: “Esta asserção é, no caso de Vila Velha, errada. As ocupações foram dirigidas dos centros de poder. A resposta popular que receberam foi devida a duas causas: a intenção expressa do poder – nos seus termos mais simples – vinha ao encontro de um desejo antigo da população e o poder parecia suficientemente consolidado para não ser arriscado cumprir as suas instruções e satisfazer os seus desejos”<sup>202</sup>.

Na área das ciências da natureza, a obra de Gonçalo Ribeiro Teles *Reforma Agrária. O Homem e a Terra* é rica em conceitos que mais tarde foram desenvolvidos e que fazem parte do actual vocabulário das várias disciplinas que se dedicam ao estudo do meio rural. Argumentando precisamente com os seus conhecimentos sobre o ambiente e desenvolvendo o que tinha enunciado no programa do PPM, o seu presidente demonstrou o seu descontentamento em relação ao que ele chamou a “Pseudo-Reforma Agrária em curso”, ou “esta confusão, a que muitos resolveram chamar ‘reforma agrária’”, mas que “nem sequer chega a ser uma reforma fundiária”. A linguagem desta obra não deixou, no entanto, de ser de ataque: o autor descreveu agressivamente as “consequências duma Reforma Agrária selvagem (...) um mero instrumento da conquista do poder, da exploração do sector agrário pelos sectores urbano e industrial”, mas desenvolveu a parte dos erros cometidos a nível florestal, propondo soluções bastante mais globalizantes que qualquer das tendências até então

---

<sup>200</sup> Manuel de Lucena – “A revolução portuguesa...”, *op. cit.*, pp. 564-567.

<sup>201</sup> José Cutileiro – *op. cit.*, p. 391.

<sup>202</sup> *Ibidem*, pp. 415-416.

expostas. As suas denúncias apontaram os malefícios da monocultura cerealífera<sup>203</sup>; a diminuição da produtividade dos trabalhadores; a destruição do património florestal e dos efectivos pecuários, em especial das raças seleccionadas; as “podas violentas realizadas por trabalhadores irresponsáveis, com a finalidade de obter rapidamente dinheiro através do carvão, da lenha e da madeira”. Também característica deste grupo ideológico era a preocupação com a situação dos pequenos agricultores como vítimas da Reforma Agrária, tema posteriormente desenvolvido por António Barreto em toda a sua obra.

“O medo domina os campos. A pressão social sobre os trabalhadores independentes, sobre os pequenos rendeiros, seareiros e proprietários, não lhes permitindo o trabalho, a convivência, o sossego e até o direito ao domicílio, fez descer sobre muitas regiões do Sul um véu que tenazmente oculta ao País estas realidades. O médio e grande (mas não latifundiário) empresário agrícola tradicional, acusado de fascista, só pelo facto de ser lavrador, é perseguido”.

Em resumo, com esta política de Reforma Agrária, o autor previa para Portugal a sujeição a

“um sistema napoleonicamente centralista, regido pelos ‘funcionários’ e pelas leis cozinhadas no Terreiro do Paço, transformado em ‘Kremlin’ saloio, de trazer-por-casa”<sup>204</sup>.

Curiosamente, entre os autores que nesta época defenderam a posição mais à esquerda, o único que focou os problemas ecológicos expostos por Gonçalo Ribeiro Teles e mais tarde defendidos precisamente pelos grupos ideológicos associados ao Partido Comunista foi um jornalista de nome Afonso Cautela, cujos títulos *O Alentejo na Reforma Agrária: a Viragem Decisiva* e *Ecologia e Luta de Classes em Portugal. Reportagens*, publicados respectivamente em 1975 e 1977, reflectem conteúdos muitos “modernos” para a época. Este autor advogou a “revolução cultural” que tinha de se realizar em simultâneo com uma “Reforma Agrária de fundo” e uma “Revolução Ecológica”. A sua linguagem não deixa margem para dúvidas no que diz respeito ao seu posicionamento político: inclui expressões como “resistência ao buldogue capitalista”, e afirma que o Alentejo é colónia do “grande capitalismo agrário e dos seus barões”. Porém, em contra-corrente com os seus correligionários, o autor defendeu os fertilizantes orgânicos e a agricultura biológica, o repovoamento pecuário e humano dos campos, a exploração polivalente<sup>205</sup>, e atacou

---

<sup>203</sup> Segundo o autor, os solos alentejanos eram demasiado pobres para a cultura cerealífera, “pobríssimos solos do terciário, gastos pela erosão e pela pastorícia” onde, pelo contrário, seria desejável “reconquistar gradualmente pela floresta e pela pecuária”, Gonçalo Ribeiro Teles – *op. cit.*, p. 59.

<sup>204</sup> *Ibidem*, pp. 51-56, 73, 110.

<sup>205</sup> Afonso Cautela – *O Alentejo na Reforma Agrária: a Viragem Decisiva*, Diabril Editora, Lisboa, 1975, pp. 10-11, 17, 41.

violentamente os projectos de Sines e do Alqueva, “ambos planos da megalomania fascista”. Não deixa de ser irónico verificar que o Alqueva, segundo ele um “hino à grandiosidade, à hipertrofia, à megalomania tão típica de todos os imperialismos”<sup>206</sup>, se tornou um dos cavalos de batalha dos partidos de esquerda nos últimos anos.

Entre os autores publicados neste conturbado período é ainda se salientar Earl O. Heady, convidado pela equipa do Ministro António Barreto para analisar a Reforma Agrária portuguesa do ponto de vista de um observador internacional, de preferência isento:

“Doutor António Barreto – Começámos a mandar vir académicos europeus e americanos para fazerem estudos: trigo, arroz, reformas agrárias, cooperativas, etc. Para começarem a estudar de maneira diferente do que se estudava na altura, porque aquilo estava tudo em ferro em brasa. E os que estudavam era para dizer ‘viva o capitalismo’ ou ‘viva o comunismo’. E começamos por esse que o Carlos Portas conhecia, porque tinha sido professor dele. Convidámo-lo. E depois foi aquele desastre e já não houve mais”.

Naturalmente que esta obra reflecte o ponto de vista do Partido Socialista e a política mais tarde posta em prática na Lei Barreto. Entre as principais linhas de orientação da obra destacam-se as críticas à Reforma Agrária em curso, entre elas a constatação de que os bons resultados dos primeiros anos das cooperativas resultaram apenas do facto de estas se terem apropriado dos bens sem qualquer investimento, e que

“O rendimento real da região do Alentejo desceu eu 1975 e voltou a descer em 1976 por força da transição da exploração individual para a gestão colectiva e de certas flutuações climáticas”. Critica sobretudo a deficiente aplicação que estava a ser feita ao crédito agrícola, que deveria antes ser usado em “aplicações produtivas (em contraste com a sua actual utilização parcial como subsídio de desemprego concedido através do sector agrícola)”<sup>207</sup>.

Carlos Portas, então Secretário de Estado da Estruturação Agrária, no seu discurso durante a discussão da Lei Barreto desenvolveu a questão do crédito agrícola como subsídio de desemprego ao descrever as incongruências e a discrepância entre o Norte e o Sul na sua atribuição:

“Quanto ao Crédito Agrícola de Emergência, até finais de Fevereiro (de 1977) deu-se um total de 5 milhões de contos. As explorações colectivas absorveram cerca de 70%, ou 3,7 milhões no conjunto do País e foram apenas distribuídas 29% para o sector privado. Aos distritos não atingidos pela Reforma Agrária couberam apenas 10%, tendo sido canalizados para o que chamo a zona especial – Évora e Beja – 55% e chamo a atenção para o facto de Évora e Beja terem apenas, respectivamente, 5 e 5,7% da população activa agrícola e 4 e 6,5% do P.A.B.”, o

---

<sup>206</sup> *Idem – Ecologia e Luta de Classes em Portugal. Reportagens*, Socicultur, Lisboa, 1977, pp. 39, 43.

<sup>207</sup> Earl O. Heady – *op. cit.*, pp. 10-11.

que ele considerava uma situação injusta para o resto do país e dos agricultores. Conclui que “o problema do desemprego na zona de intervenção é uma problema complexo”, mas se um trabalhador custa 500 contos por ano, “o que multiplicado por 33 000 trabalhadores que efectivamente estão subutilizados na zona de intervenção, dará um investimento de aproximadamente 16 milhões de contos. Esta é, sem demagogia, com clareza, o custo da redução real do desemprego no Alentejo”<sup>208</sup>.

Contra esta situação, Heady desenvolve o argumento de que a questão do emprego em espaço rural não era um problema da agricultura, mas da economia nacional. Para o “progresso agrícola e transformação tecnológica da agricultura” advoga a “redução da força laboral empregada na agricultura”:

“Trata-se de problemas que têm de ser resolvidos através de medidas de política económica nacional, e não apenas através da agricultura e de medidas de política agrícola”. Defende ainda “formas alternativas de reforma agrária, nomeadamente a divisão das grandes unidades em pequenas unidades de exploração familiar”, e o “desenvolvimento de um sector agrícola composto por explorações familiares de pequena e média dimensão e por unidades cooperativas de que estejam ausentes as antigas desigualdades quanto às oportunidades de emprego e à distribuição do rendimento”<sup>209</sup>.

Quando esta política começou a ser posta em prática e se verificaram as primeiras desocupações a esquerda portuguesa também adoptou a teoria da conspiração, mas ao contrário. Neste caso o vilão era o grupo constituído por Mário Soares e António Barreto, os quais abateram as conquistas da revolução e “venderam o país ao capitalismo internacional”, personificado no embaixador dos Estados Unidos Frank Carlucci, alegadamente com ligações à CIA, e nos organismos internacionais imperialistas com poderes para controlar Portugal: FMI, CEE, Banco Mundial, etc.<sup>210</sup>. Por exemplo o jornal *Revolução* (PRP) publicou a fotografia de Mário Soares com um ar muito satisfeito quando recebeu o empréstimo de 45 milhões de contos que os EUA fizeram a Portugal, acrescentando que o país “imperialista” tinha imposto “condições secretas”<sup>211</sup>. E no livro publicado pela *Tulipa Vermelha* em Amsterdão acusam-se directamente os conselheiros do Banco Mundial e a entrada no Mercado Comum pelo aumento do desemprego, por terem sugerido que se arborizasse o sul para desenvolver a exportação<sup>212</sup>.

Esta é também a tese defendida Vale Estrela ao salientar que

---

<sup>208</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 133, 20/7/1977, pp. 4703-4704.

<sup>209</sup> Earl O. Heady – *op. cit.*, pp. 9, 12-13, 20.

<sup>210</sup> Ver, de novo, Martín Kayman – *op. cit.*, p. 132.

<sup>211</sup> *Revolução* (PRP), ano III, 13/1/1977, p. 4.

<sup>212</sup> “Esquecem-se de que, devido à floresta intensiva, teriam de se deslocar milhares de trabalhadores das suas terras, aumentando necessariamente o índice de desemprego”, *op. cit.*, p. 22.

“na reforma agrária portuguesa se fizeram sentir influências políticas vindas do exterior. A futura admissão de Portugal na CEE exige a adaptação da agricultura portuguesa aos modelos dos países europeus. As más condições económicas de Portugal tornaram-no dependente de empréstimos dos Estados Unidos e outros países. Tais relações condicionaram o curso seguido pela reforma agrária em Portugal”<sup>213</sup>.

E também por Nancy Bermeo ao desenvolver a questão da influência da NATO e dos EUA, que se sentiram ameaçadas pelos comunistas alentejanos. Para a autora Portugal precisava dos empréstimos dos EUA e tinha de ter boa imagem internacional. Por isso era necessário uma democracia estável e um governo que legislasse nesse sentido, além de acabar com as “ilhas de comunismo”. Com esse objectivo os governos teriam contribuído para demonstrar o fracasso das cooperativas e até falsificado os resultados, pois, segundo ela, as cooperativas até estavam óptimas de finanças, apesar de não serem muito eficientes do ponto de vista económico<sup>214</sup>. Ainda agora Vasco Gonçalves mantém o mesmo discurso de lamento:

“O imperialismo, a Internacional Socialista e a Democracia Cristã europeias, desejosos de impedir a consolidação das transformações que estavam sendo realizadas e do seu reflexo na consciência social dos povos da Europa Ocidental, bem como no movimento operário internacional, apoiavam activamente as forças contra-revolucionárias no nosso país”. Por isso tinha havido “2 anos de revolução contra 23 de contra-revolução”<sup>215</sup>.

A questão da influência de forças externas nos processos revolucionários não levanta grandes discussões. Ela existe, é universalmente reconhecida, e foi exposta por diversos autores, entre eles o já citado Nikiforos Diamandouros, que afirmou a importância do contexto internacional nas transições grega, espanhola e portuguesa, sobretudo na fase da consolidação democrática. No que diz respeito a Portugal, o autor salientou o apoio moral, político e material de uma grande variedade de actores europeus e internacionais influentes, entre os quais se destacam os EUA e a Alemanha Ocidental no suporte visível ao PS e ao seu líder, Mário Soares, através da Internacional Socialista e do SPD – Partido Social Democrático Alemão<sup>216</sup>. Também Adriano Moreira escreveu sobre o papel dos EUA no período na transição para a democracia em Portugal: “os factores exógenos foram principais na revolução de 1974 (...) está largamente referenciada, mas não suficientemente estudada nem documentada, a acção dos EUA nesse período, por intermédio do seu embaixador em

---

<sup>213</sup> Vale Estrela – *op. cit.*, p. 246.

<sup>214</sup> Nancy Bermeo – *op. cit.*, pp. 194-196.

<sup>215</sup> O ex-Primeiro Ministro salienta ainda que nos encontramos na fase final da destruição das estruturas económicas criadas pela Revolução de Abril, “com a privatização acelerada do que resta das empresas públicas...”, Vasco Gonçalves – “No 25º aniversário...”, *op. cit.*, pp. 127, 129.

<sup>216</sup> Nikiforos Diamandouros – *op. cit.*, pp. 6-7.

Lisboa...”<sup>217</sup>. E João de Menezes Ferreira fez uma recensão de todos estes apoios exteriores, processo ao qual chamou “uma manifestação sintomática da progressiva abertura ao exterior dos actores políticos da vida portuguesa”<sup>218</sup>.

Para concluir refiro que António Barreto foi o autor que mais publicou sobre o tema da Reforma Agrária, defendendo a tese já aqui exposta em várias citações e que se pode resumir na afirmação de que a Reforma Agrária foi “consequência directa da revolução política e do golpe militar, e não o resultado de um longo processo de luta social e de crescente crise económica”. Como condições sociais para o seu sucesso o autor apresentou seis factores: mudança política geral; controlo dos meios de violência e das Forças Armadas; apoio do Estado; direcção do Governo; acção directa imediata; mobilização dos trabalhadores<sup>219</sup>. Basicamente, e contrariando todas as teses escritas no período pelos autores de esquerda, Barreto afirma que

“O movimento de ocupações e a parte do movimento social que nele cabe são primeiramente desencadeados pelo aparelho de Estado – Governo, Forças Armadas, serviços dos ministérios, autarquias, comunicação social – e pelo PCP como aparelho de poder. Deste ponto de partida se desenvolveu o movimento sindical rural, que constituiu o principal elemento de transmissão entre Estado e classes ou movimento social”. Portanto, “as medidas de carácter político, legislativo, administrativo e financeiro, ao nível do poder central e periférico, precederam as actuações revolucionárias, nomeadamente as ocupações ‘no terreno’”<sup>220</sup>.

---

<sup>217</sup> Adriano Moreira – “O regime: Presidencialismo do Primeiro-Ministro”, in Mário Baptista Coelho – *op. cit.*, pp. 31- 36.

<sup>218</sup> O autor salienta os apoios da Internacional Socialista ao PS; dos países de leste ao PCP; da Fundação Friedrich Erbert ao PSD, embora sem grande continuidade, o que faz deste partido um “exemplo clássico de autonomia de acção”; e da União Europeia das Democracias Cristãs ao CDS, João de Menezes Ferreira – “Partidos políticos, parceiros sociais e o desafio da CEE”, *ibidem*, pp. 496-498. O contrário também parece ter sido verdade, com o ajuda financeira do MFA a militares que conspiraram em 1975 contra o regime de Franco, Revista do *Expresso*, 16/11/2002.

<sup>219</sup> António Barreto – “Reforma Agrária e revolução...”, *op. cit.*, pp. 455, 467.

<sup>220</sup> *Idem* – “O Estado e a Reforma Agrária...”, *op. cit.*, p. 573.

### **3<sup>a</sup> Parte:**

**Depois de 1977.**